

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA
RECURSOS AMAZÔNICOS - PPGCTRA

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA MAIA

GESTÃO TERRITORIAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO RIO NEGRO (AMAZONAS, BRASIL): INTERFACES E NUANCES AMBIENTAIS

ITACOATIARA

2025

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA MAIA

GESTÃO TERRITORIAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
RIO NEGRO (AMAZONAS, BRASIL): INTERFACES E NUANCES AMBIENTAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, área de concentração: recursos amazônicos e desenvolvimento socioambiental sob a orientação da Profa. Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende

ITACOATIARA

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M217g Maia, Gustavo Henrique Ferreira
Gestão Territorial na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro
(Amazonas, Brasil): Interfaces e nuances ambientais. / Gustavo Henrique Ferreira
Maia. - 2025.
94 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Marília Gabriela Gondim Rezende .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-
Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, Itacoatiara,
2025.

1. Gestão territorial. 2. Sustentabilidade. 3. Unidades de Conservação. 4. Atores
sociais. 5. Recursos florestais.. I. Rezende, Marília Gabriela Gondim . II.
Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós- Graduação em Ciência e
Tecnologia para Recursos Amazônicos. III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia
para Recursos Amazônicos - PPGCTRA



Gustavo Henrique Ferreira Maia

Gestão Territorial na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (Amazonas, Brasil): Interfaces e nuances ambientais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, área de concentração Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Recursos Amazônicos.

Aprovado em 29 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Antônio Ferreira do Norte Filho
Membro

Prof. Dr. Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês
Membro

Rua Nossa Senhora do Rosário, 3863, Tiradentes. CEP: 69103-128 – Itacoatiara/AM

Telefone: (92) 99271-8661 e-mail: secretariappgctra@ufam.edu.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e por todas as lições que me conduziram até este momento. A Ele devo a minha trajetória e a força necessária para seguir em frente. Aos meus pais, Manni Albuquerque Ferreira (in memoriam) e Marcelo da Silva Maia (in memoriam), e à minha avó, Lêda Maia Tavares (in memoriam), sou eternamente grato. Meus pais, mesmo ausentes fisicamente, sempre acreditaram em mim, e sua presença espiritual continua me orientando. Meu pai me ensinou o valor das lutas e como enxergar oportunidades mesmo nos momentos difíceis; minha mãe, juntamente com minha avó, foi responsável por me ensinar a ler e escrever desde cedo, proporcionando-me um aprendizado contínuo e essencial para minha formação. Esses pilares da minha vida me deram as bases para seguir meu caminho de conhecimento e sabedoria.

À minha madrastra, Irani Helena de Almeida Ribeiro Maia, expresso profunda gratidão pelo suporte incondicional que me ofereceu ao longo da minha trajetória acadêmica. Durante parte importante dessa jornada, foi um pilar de apoio constante, sempre presente com carinho e dedicação — elementos essenciais para minhas conquistas.

À minha orientadora, Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende, expresso minha profunda gratidão pela paciência, orientação e pela inspiração que me proporcionou ao longo do processo. Seu apoio foi indispensável para a realização deste trabalho. Estendo meus agradecimentos à equipe do LAGBIO, em nome da Professora Marília Gabriela, pelo acolhimento, pelas trocas de saberes e pelo compromisso coletivo com a pesquisa.

À Universidade Federal do Amazonas e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), agradeço pelo apoio institucional e financeiro, que possibilitaram a continuidade da minha jornada acadêmica com foco e dedicação. Agradeço, de forma muito especial, aos comunitários que gentilmente me receberam em seus territórios e contribuíram com informações valiosas para a construção deste trabalho. Sem a escuta atenta e o compartilhamento de saberes dessas comunidades, esta pesquisa não teria sido possível.

Aos meus amigos Geovane Fontinele, Carina Fugaça, Antonio Carlos, Stefanny Diniz, Dulcilene Oliveira, Lorena Leal e Samya Nogueira, sou imensamente grato pela amizade, pelo apoio e pelo incentivo constante — fundamentais na minha formação acadêmica e pessoal. A Manoel Souza, meu agradecimento especial pela parceria de sempre, pela escuta atenta e pelos conselhos nos momentos mais desafiadores.

A Ricardo César, minha eterna gratidão por caminhar ao meu lado com amor, paciência e apoio incondicional, sendo presença firme e constante em todas as etapas desta jornada.

RESUMO

Este estudo analisou a gestão territorial na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro, com ênfase na interação entre atores sociais, práticas sustentáveis de manejo e as potencialidades ambientais da região. A pesquisa foi estruturada em três capítulos: no primeiro, identificaram-se os principais atores sociais da RDS, destacando os papéis de moradores, instituições públicas e organizações não governamentais na governança local. No segundo capítulo, investigaram-se as práticas sustentáveis adotadas pelas comunidades, como o manejo de recursos florestais, a conservação da biodiversidade e a transmissão de saberes tradicionais. O terceiro capítulo abordou as potencialidades ambientais da RDS para o desenvolvimento sustentável, com foco na valorização dos produtos da sociobiodiversidade, ecoturismo e gestão participativa. A metodologia incluiu entrevistas abertas e individuais, além de oficinas participativas, visando entender as percepções locais sobre os desafios da gestão territorial. A análise dos dados foi realizada no Laboratório de Governança (LAGBIO) da Universidade Federal do Amazonas, com base em teorias de governança socioambiental e sustentabilidade. Os resultados foram organizados em gráficos e tabelas, apresentando os principais desafios e oportunidades para a gestão territorial da RDS Rio Negro. Os resultados apontam desafios como a falta de recursos para a implementação de práticas sustentáveis e os conflitos de interesses entre atores, mas também destacam oportunidades como o ecoturismo e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade. O estudo contribui para fortalecer as práticas de conservação na região, oferecendo subsídios para políticas públicas e práticas de gestão que promovam a sustentabilidade e a valorização do conhecimento tradicional.

Palavras-chave: Gestão territorial; Sustentabilidade; Unidades de Conservação; Atores sociais; Recursos florestais.

ABSTRACT

This study analyzed territorial management in the Rio Negro Sustainable Development Reserve (RDS), emphasizing the interaction between social actors, sustainable management practices, and the environmental potential of the region. The research was structured into three chapters: the first identified the main social actors in the RDS, highlighting the roles of local residents, public institutions, and non-governmental organizations in local governance. The second chapter investigated sustainable practices adopted by the communities, such as forest resource management, biodiversity conservation, and the transmission of traditional knowledge. The third chapter addressed the environmental potential of the RDS for sustainable development, focusing on the valorization of sociobiodiversity products, ecotourism, and participatory management. The methodology included open-ended individual interviews and participatory workshops aimed at understanding local perceptions about the challenges of territorial management. Data analysis was conducted at the Governance Laboratory (LAGBIO) of the Federal University of Amazonas, based on theories of socio-environmental governance and sustainability. The results were organized into graphs and tables, presenting the main challenges and opportunities for territorial management in the RDS Rio Negro. The findings highlight challenges such as the lack of resources for implementing sustainable practices and conflicts of interest between actors, but also emphasize opportunities such as ecotourism and the valorization of sociobiodiversity products. The study contributes to strengthening conservation practices in the region, providing subsidies for public policies and management practices that promote sustainability and the valorization of traditional knowledge.

Keywords: Territorial management; Sustainability; Conservation Units; Social actors; Forest resources.

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia

DEMUC - Departamento de Unidades de Conservação

FAS – Fundação Amazonas Sustentável

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação

LAGBIO - Laboratório de Governança e bioeconomia

MCA – Matriz de Conservação Ambiental

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NSPS - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

ONG - Organização não governamental

PFNM - Produtos Florestais não madeireiros

PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas

PNPCT - Programa Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

PRONABIO - Programa Nacional de Diversidade Biológica

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

F.O.F.A – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Reserva contendo as Comunidades.	16
Figura 2: Motivos de migração nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	23
Figura 3: Fonte Primária de Renda da Família (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	24
Figura 4: Participação das famílias em organizações sociais (A) Nossa Senhora do perpétuo Socorro (B) Tumbira.	25
Figura 5: Comparativo do recebimento de benefícios sociais pelas famílias das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	26
Figura 6: Existência de Instituições percebidas como mais influentes pelas famílias das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	27
Figura 7: Avaliação das instituições que atuam nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	28
Figura 8: Percepções dos moradores das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira sobre como as instituições poderiam contribuir para a melhoria da vida comunitária (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	29
Figura 9: Benefícios alcançados pelas famílias das comunidades por meio da atuação de instituições na RDS Rio Negro (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	30
Figura 10: Fontes de aprendizado sobre práticas de manejo entre moradores das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	33
Figura 11: Proporção de moradores que relataram ter recebido orientação técnica nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	36
Figura 12 Prática do plantio de roçado entre os moradores das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	37
Figura 13: (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	38
Figura 14: Distribuição percentual dos participantes que realizam ou não a atividade de pesca nas comunidades. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	39
Figura 15: Percentual de participantes que realizam a coleta de espécies florestais nas comunidades. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	41
Figura 16: Presença de planos de manejo nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	42
Figura 17: Percepção dos comunitários sobre a efetividade na execução dos planos de manejo florestal. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	44
Figura 18: Quanto ao entendimento e acesso ao plano de gestão da Unidade de Conservação.	52
Figura 19: Opiniões dos moradores acerca da condição de residirem em uma Unidade de Conservação (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	53
Figura 20: Principais causas de conflitos identificadas nas comunidades analisadas. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	54
Figura 21: Estratégias para Resolução de Conflitos (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	55
Figura 22: Produtos que poderiam ser destinados ao mercado externo. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	57
Figura 23: Frequência das reuniões comunitárias nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.	58
Figura 24. Aplicação prática da Matriz F.O.F.A (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) junto à comunidade	60

Figura 25. (A) Ouriços de castanha coletados no solo da floresta; (B) Árvore de castanha-do-brasil (<i>Bertholletia excelsa</i>).....	64
Figura 26. (A) Manejo de frutíferas nativas na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, destacando práticas agroextrativistas sustentáveis; (B) Processamento de madeira na Comunidade Tumbira	66
Figura 27. (A) Berçário de quelônios, evidenciando ações de conservação e manejo comunitário; (B) Venda local de artesanatos	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz lógico-metodológica.....	17
.....	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O que levou a morar na comunidade.....	25
Gráfico 2. Principal fonte de renda da família.....	26
Gráfico 3. Participação em organizações sociais.....	27
Gráfico 4. Recebe auxílio do governo?.....	27
Gráfico 5. Existem instituições que exercem maior influência?.....	28
Gráfico 6. Como tem sido avaliado a atuação desse ator?.....	29
Gráfico 7. Como poderiam melhorar a vida?.....	29
Gráfico 8. Benefícios alcançados.....	30
Gráfico 9. Com quem aprendeu a manejar?.....	39
Gráfico 10. Realiza plantio de roçado?.....	40
Gráfico 11. Recebeu alguma orientação técnica?.....	40
Gráfico 12. Realiza atividade de pesca?.....	41
Gráfico 13. Cria animais?.....	42
Gráfico 14. Retira ou coleta alguma espécie florestal?.....	43
Gráfico 15. Existem planos de manejo florestal na comunidade?.....	45
Gráfico 16. Estão sendo executados corretamente?.....	45
Gráfico 17. Existem tecnologias novas sendo usadas?.....	55
Gráfico 18. Nivel de conhecimento do plano.....	55
Gráfico 19. O que acha de ser morador de uma uc.....	56
Gráfico 20. Causa de conflitos?.....	57
Gráfico 21. Formas de resolver conflitos.....	57
Gráfico 22. Produtos que poderiam chegar ao mercado externo.....	58
Gráfico 23. Frequencia de reuniões	59
Gráfico 24. Contato com alguma instituição ou emresa.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OBJETIVOS.....	14
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
3.1	Levantamento de Dados Secundários	15
3.2	Detalhamento da Área de Estudo	15
3.3	Aplicação de Formulários	17
3.4	Matriz de Potencialidades	18
3.5	Matriz de Conservação Ambiental (MCA)	18
3.6	Matriz F.O.F.A.....	19
3.7	Princípios Éticos.....	19
4	CAPÍTULO 1 - A COMPOSIÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RDS RIO NEGRO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	20
4.1	INTRODUÇÃO	20
4.2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5.1	MOTIVOS PARA MUDANÇA PARA A COMUNIDADE.....	22
5.2	FONTES DE RENDA DAS FAMÍLIAS NAS COMUNIDADES DA RDS RIO NEGRO	23
5.3	PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	24
5.4	AUXÍLIOS GOVERNAMENTAIS E IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA	25
5.5	INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES EXTERNAS NAS COMUNIDADES	26
5.6	AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES LOCAIS	27
5.7	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E AÇÕES NECESSÁRIAS	28
5.8	BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS ALCANÇADOS	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7	CAPÍTULO 2- FORMAS SUSTENTÁVEIS DE MANEJO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL.....	31
7.1	INTRODUÇÃO	31
7.2	FONTES DE CONHECIMENTO E PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL	33
7.3	ANÁLISE COMPARATIVA DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA PELOS MORADORES NAS COMUNIDADES: ENTRE O SUPORTE FAMILIAR, A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A EXECUÇÃO AUTÔNOMA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	34
7.4	PRÁTICAS DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: O ROÇADO E O PLANTIO TRADICIONAL	36
7.5	PESCA E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AQUÁTICOS	37

7.6 CRIAÇÃO DE ANIMAIS E MANEJO INTEGRADO.....	38
7.7 COLETA E EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NA RDS DO RIO NEGRO: SUSTENTABILIDADE E POTENCIAL ECONÔMICO	39
7.8 PLANOS DE MANEJO FLORESTAL NAS COMUNIDADES E SUA EXECUÇÃO.....	41
7.9 EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO NAS COMUNIDADES	42
7.10 RESULTADOS DA MATRIZ DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES	44
7.11 ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS COMUNITÁRIOS: PROPOSTAS E SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS	46
7.12 MUDANÇAS NA FAUNA E FLORA: ESPÉCIES COMUNS NO PASSADO E SUA ESCASSEZ ATUAL.....	47
7.13. ESPÉCIES EXISTENTES NAS COMUNIDADES E SEUS USOS	48
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
9 CAPÍTULO 3- GESTÃO TERRITORIAL E POTENCIALIDADES AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS NA RDS DO RIO NEGRO.....	50
9.1 INTRODUÇÃO	50
9.2 O CONHECIMENTO DO PLANO DE GESTÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO TERRITORIAL.....	51
9.3 PERCEPÇÃO SOBRE A PERTENÇA À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	52
9.4 CONFLITOS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES	53
9.5 MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	54
9.6 POTENCIAL DE PRODUTOS PARA O MERCADO EXTERNO	55
9.7 FREQUÊNCIA DE REUNIÕES E GESTÃO PARTICIPATIVA	57
9.8 ANÁLISE DOS POTENCIAIS ATRAVÉS DA MATRIZ DE POTENCIALIDADES E MATRIZ FOFA	58
9.9 DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS.....	64
9.10 PRODUTOS DERIVADOS DO MANEJO FLORESTAL	65
9.11 IMPACTOS DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	66
9.12 TURISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	67
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
11 CONCLUSÃO GERAL	69
12 REFERÊNCIAS	70
13 ANEXOS.....	78

1 INTRODUÇÃO

A crescente expansão do desmatamento na Amazônia, impulsionada por atividades ilegais como a grilagem de terras, a extração madeireira e a mineração, além de pressões econômicas relacionadas à agropecuária extensiva, têm provocado impactos ambientais e sociais de larga escala. Esses processos comprometem a conservação dos ecossistemas e ameaçam a permanência dos modos de vida das populações tradicionais. Estudos como os de Fearnside (2005) e Barreto et al. (2013) evidenciam que a perda florestal na região reduz drasticamente a biodiversidade, altera o regime de chuvas e contribui para o agravamento das mudanças climáticas por meio da intensificação das emissões de gases de efeito estufa.

Diante dessa realidade, a criação de espaços protegidos surge como uma resposta essencial para conter o avanço da degradação. Como aponta Lévêque (1999), as áreas protegidas representam não apenas instrumentos de conservação ambiental, mas também territórios de construção social e política, onde se negocia o uso dos recursos naturais em benefício das populações humanas e da biodiversidade. Nesse sentido, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro se destaca como um território estratégico por estar situada na interface entre a metrópole de Manaus e a floresta amazônica — uma zona de transição que concentra pressões antrópicas intensas, mas também enormes oportunidades de conservação e desenvolvimento sustentável.

Esse posicionamento geográfico expõe a RDS a ameaças como a expansão urbana, a exploração predatória de recursos e o deslocamento dos grupos tradicionais. No entanto, essas mesmas populações, historicamente marginalizadas, são guardiãs de saberes ecológicos complexos e de práticas de uso sustentável do território. Como salienta Diegues (2000), as populações tradicionais possuem uma relação simbiótica com o meio ambiente, expressa em formas próprias de manejo, ocupação e resistência cultural. Esses grupos são parte fundamental da manutenção da diversidade sociocultural e da sustentabilidade dos territórios.

Além disso, o território da RDS do Rio Negro deve ser entendido como espaço de disputas, construções e resistências. Porto-Gonçalves (2006) argumenta que o território não é apenas uma delimitação geográfica, mas um espaço vivido, produzido e disputado por diferentes sujeitos históricos. Assim, a RDS não deve ser apenas vista como uma unidade de conservação formal, mas como um território em constante transformação, onde práticas tradicionais, políticas públicas e dinâmicas econômicas interagem de forma complexa.

Embora exista um Plano de Manejo revisado em 2017 (SEMA, 2017), as transformações socioambientais, econômicas e institucionais ocorridas na região nos últimos anos indicam a

necessidade de atualização e revalidação das informações disponíveis. Neste contexto, este estudo se justifica por contribuir com uma análise crítica das atuais dinâmicas territoriais e das práticas de manejo desenvolvidas, bem como das mudanças nas relações entre os atores sociais. A pesquisa visa, portanto, integrar os saberes tradicionais às demandas contemporâneas, contribuindo para políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento sustentável, a justiça territorial e a conservação ambiental.

Com o objetivo de garantir uma abordagem analítica clara e estruturada, este trabalho está dividido em três capítulos. O Capítulo 1 trata da composição dos atores sociais da RDS Rio Negro e seus desdobramentos, buscando compreender as dinâmicas humanas e institucionais que moldam a realidade local. O Capítulo 2 apresenta as formas sustentáveis de manejo e de preservação ambiental e territorial, analisando práticas comunitárias e estratégias que conciliam conservação com uso responsável dos recursos naturais. Por fim, o Capítulo 3 aborda a gestão territorial e as potencialidades ambientais sustentáveis da RDS do Rio Negro, enfatizando os desafios e as oportunidades existentes no território. Essa organização foi adotada para garantir coerência temática, facilitar a compreensão progressiva dos assuntos abordados e atender às exigências acadêmicas quanto à sistematização do conteúdo.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a gestão territorial na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Para isso, busca identificar os atores sociais presentes na área, entender suas formas de atuação e interesses; analisar as práticas de manejo utilizadas, especialmente pelas comunidades locais; e descrever os processos de gestão territorial e as potencialidades produtivas da região, considerando os desafios para o desenvolvimento sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se, quanto à sua natureza, como uma pesquisa descritivo-exploratória, por buscar descrever e compreender as práticas e percepções locais no contexto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro, ao mesmo tempo em que explora novas informações e atualiza dados anteriores. Quanto à abordagem, adota um enfoque quali-quantitativo, combinando análises qualitativas, por meio de entrevistas e grupos focais,

com dados quantitativos oriundos dos formulários aplicados.

Trata-se de um estudo de caso tipo único, focado em duas comunidades da RDS Rio Negro: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira. Esta escolha visa permitir um aprofundamento na dinâmica local e nas especificidades territoriais e sociais destas comunidades.

3.1 Levantamento de Dados Secundários

Foi realizado um levantamento bibliográfico e documental com o objetivo de embasar teoricamente e metodologicamente esta pesquisa, utilizando como referência principal o Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (SEMA, 2017), além de trabalhos consagrados na área de gestão de Unidades de Conservação e populações tradicionais (Medeiros et al., 2000; Silva, 2014). Essa etapa teve como finalidade não apenas atualizar informações pré-existentes, mas também revalidar dados e incorporar abordagens contemporâneas que dialogam com o contexto amazônico.

Foram analisadas produções acadêmicas relevantes, incluindo dissertações, teses e artigos científicos que tratam da governança ambiental em áreas protegidas (Menezes, 2012; Santos, 2016), da participação comunitária na gestão territorial (Arruda, 2009; Cunha, 2013), e da importância do conhecimento tradicional no manejo sustentável dos recursos naturais (Diegues, 2001; Posey, 1985). Além disso, estudos recentes sobre a aplicação de instrumentos participativos e metodologias colaborativas na Amazônia (Adams et al., 2020; Fernandes et al., 2021) foram fundamentais para a construção de uma abordagem crítica e atualizada.

A escolha por uma revisão ampliada visou garantir que a base teórica contemplasse diferentes dimensões — ecológicas, sociais, políticas e culturais — do processo de gestão territorial nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para uma análise mais integrada e sensível à complexidade do território amazônico.

3.2 Detalhamento da Área de Estudo

A área abrangida pela Unidade de Conservação (UC) ocupa aproximadamente 102.978,83 hectares, situando-se nos territórios dos municípios de Novo Airão, Manacapuru e Iranduba, no estado do Amazonas, Brasil. A gestão da UC é atualmente conduzida pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), com cogestão da Fundação Amazonas

Sustentável (FAS).

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma organização não governamental que atua na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Sua missão é apoiar a conservação ambiental e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais por meio de iniciativas integradas, que incluem manejo florestal, projetos sociais, monitoramento ambiental e desenvolvimento econômico sustentável. A participação da FAS na cogestão da UC reforça o caráter colaborativo da gestão, envolvendo atores públicos, privados e comunitários.

A UC encontra-se a uma distância de 16 km de Novo Airão e a 46 km de Manaus em linha reta, conforme ilustrado na Figura 1.

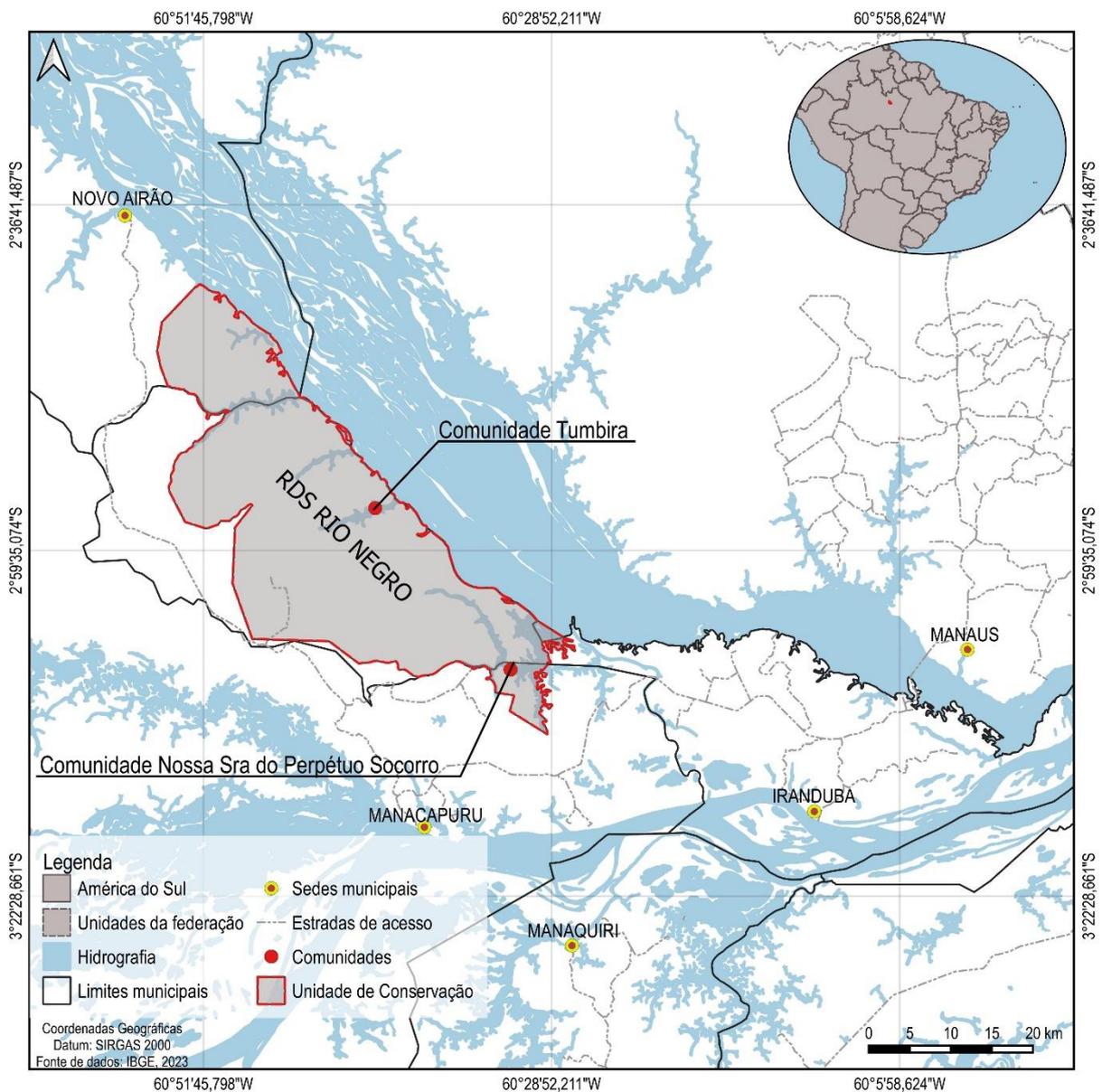


Figura 1: Mapa de localização da Reserva contendo as Comunidades.

Fonte: QGIS 3.10, 2025, ORG: MAIA, 2025

Para organizar e sistematizar as etapas desta pesquisa de forma clara e coerente, elaborou-se uma matriz lógico-metodológica que integra os objetivos propostos, as técnicas aplicadas e os resultados esperados. Essa matriz serviu como guia estruturante para a condução das atividades de campo, análise de dados e reflexões teóricas, garantindo consistência entre as ações desenvolvidas e os eixos analíticos do estudo. O Quadro 1 apresenta a Matriz lógico-metodológica utilizada, detalhando os componentes fundamentais que orientaram a trajetória da investigação.

Quadro 1: Matriz lógico-metodológica.

MATRIZ LÓGICO-METODOLÓGICA	
Identificar os atores sociais que atuam na RDS do Rio Negro;	Levantamento de dados secundários; Aplicação de formulários; Entrevistas abertas.
Compreender as formas de manejo existentes no território;	Aplicação de formulários; Entrevistas abertas; Oficina de levantamento botânico; Matriz de Conservação Ambiental (MCA).
Descrever a gestão territorial e as potencialidades produtivas existentes na área de estudo.	Aplicação de formulários; Entrevistas abertas; Matriz F.O.F.A.

Fonte: LAGBIO, (2024).

3.3 Aplicação de Formulários

Os formulários aplicados foram elaborados com base na metodologia descrita por Costa (2019) e ajustados pela equipe do Laboratório de Governança e Bioeconomia (LAGBIO/UFAM). Com 14 perguntas distribuídas em subtópicos, os formulários foram estruturados para captar aspectos diversos das percepções comunitárias e facilitar a tabulação quantitativa dos dados, possibilitando a apresentação gráfica e a análise estatística simplificada.

A coleta envolveu os moradores das duas comunidades, selecionados com base em critérios de representatividade social e envolvimento nas atividades produtivas e conservacionistas.

As entrevistas abertas seguiram a abordagem qualitativa proposta por Boni e Quaresma (2005), que privilegia a fala espontânea e a construção do discurso pelo entrevistado. Além

disso, foram realizados grupos focais, considerados estratégicos para aprofundar temas específicos, envolvendo atores sociais diversos — incluindo jovens, lideranças e especialistas locais — com diferentes perspectivas sobre a gestão territorial.

A seleção dos participantes seguiu critérios de representatividade social, experiência no manejo dos recursos naturais, envolvimento em processos comunitários e disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Buscou-se garantir diversidade etária e de gênero para captar diferentes perspectivas e formas de conhecimento. O engajamento dos moradores foi mediado por lideranças locais, o que facilitou a legitimidade e o diálogo durante a coleta.

3.4 Matriz de Potencialidades

A Matriz de Potencialidades utilizada nesta pesquisa tem como base a metodologia de Veiga (2015), que enfatiza o levantamento participativo dos recursos naturais locais utilizados pelas comunidades. Durante oficinas realizadas nas comunidades, os participantes responderam oralmente e os dados foram organizados em cartolinas, categorizando:

- Espécies nativas e exóticas, para diferenciar a origem das plantas;
- Potencialidades de uso, com foco nos usos medicinais e tradicionais;
- Partes utilizadas da planta;
- Benefícios associados às plantas;
- Estratégias de conservação e propagação.

Essa metodologia valoriza o conhecimento local e contribui para a elaboração de materiais didáticos e de valorização cultural, como um livreto que será disponibilizado às comunidades.

3.5 Matriz de Conservação Ambiental (MCA)

A Matriz de Conservação Ambiental, desenvolvida pelo projeto Terras, Águas e Trabalhos Witkoski, (2010) é uma ferramenta inovadora que sistematiza estratégias conservacionistas por meio de oficinas participativas. Organizada em quatro quadrantes — terras, florestas, águas e pessoas/coletivo —, a MCA possibilita a visualização clara das práticas de conservação locais, estimulando o diálogo entre os moradores e pesquisadores. Essa ferramenta promove um entendimento integrado entre aspectos ambientais e sociais do território e é particularmente adequada para áreas como a RDS Rio Negro.

Nas oficinas, foram utilizados materiais visuais, como cartolinas e tarjetas coloridas, para facilitar a identificação, descrição e discussão das práticas adotadas. A participação ativa dos moradores foi fundamental para a construção e validação da matriz.

3.6 Matriz F.O.F.A.

Para análise das percepções sobre os desafios e oportunidades locais, utilizou-se a Matriz F.O.F.A., adaptada de Araújo (2021) e aprimorada pelo LAGBIO. Essa ferramenta, originária da administração estratégica, é amplamente aplicada também nas ciências ambientais para diagnóstico situacional e tomada de decisão.

A aplicação da matriz ocorreu por meio de entrevistas abertas com membros dos grupos focais. As respostas foram classificadas em quatro categorias:

- Forças: Aspectos positivos que valorizam o território;
- Fraquezas: Limitações e dificuldades locais;
- Oportunidades: Possibilidades de melhoria e desenvolvimento;
- Ameaças: Riscos e problemas potenciais.

3.7 Princípios Éticos

Esta pesquisa foi conduzida em conformidade com os preceitos éticos estabelecidos pelo Conselho de Ética da Universidade Federal do Amazonas, sob o parecer CAAE nº 72964923.6.0000.5020, tendo também recebido a anuência do presidente da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

Antes da aplicação dos formulários e realização das entrevistas, todos os participantes receberam um termo de consentimento livre e esclarecido, que explicava os objetivos, procedimentos e garantias de confidencialidade do estudo. A assinatura deste termo foi requerida para autorizar a participação voluntária na pesquisa, assegurando o direito de desistência a qualquer momento.

Uma via do termo de consentimento foi entregue a cada participante, enquanto outra permaneceu arquivada com o entrevistador, garantindo transparência e responsabilidade durante todo o processo de coleta de dados.

4 CAPÍTULO 1 - A COMPOSIÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA RDS RIO NEGRO E SEUS DESDOBRAMENTOS

4.1 INTRODUÇÃO

A compreensão das múltiplas dimensões da gestão territorial e de seus atores é essencial, pois transcende as abordagens teóricas e requer análises práticas. Essas questões podem ser caracterizadas conforme a percepção de cada indivíduo avaliado (Silva et al., 2022). Além disso, entender os processos de gestão territorial das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS's) é crucial para criar mecanismos que promovam sua conservação, permitindo o uso consciente e equilibrado dos recursos naturais (Costa e Almeida, 2021).

As RDS's abrigam diversas comunidades tradicionais, incluindo uma significativa população de origem cabocla que preserva práticas e costumes ancestrais valiosos. Essas práticas abrangem desde o preparo de remédios para tratar enfermidades até a confecção de biojoias para comercialização. No entanto, há uma carência de dados significativos que expressem as perspectivas desses atores internos. Por meio desta pesquisa, foram analisadas suas opiniões e avaliações sobre as ações implementadas em seu território por atores majoritariamente externos (Carvalho e Santos, 2023).

Nesse contexto, destaca-se a pesca artesanal como uma das atividades centrais no modo de vida das populações ribeirinhas da RDS Rio Negro, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. A pesca não apenas assegura a subsistência alimentar, mas também reforça vínculos identitários e redes de solidariedade social (Begossi, 2004; Ruffino, 2005). Nos últimos anos, no entanto, a atividade tem sido impactada por transformações territoriais, mudanças climáticas e a implementação de novas regras de uso dos recursos. Tais transformações vêm exigindo que os próprios pescadores adaptem seus saberes tradicionais a novas formas de gestão compartilhada, como a adoção de períodos de defeso e acordos comunitários para evitar a sobrepesca (McGrath et al., 2008; Oviedo e Bursztyn, 2016). Esses arranjos revelam a importância da atuação conjunta entre moradores locais, ONGs, órgãos ambientais e demais atores sociais que integram o mosaico institucional da reserva.

Para a execução desta pesquisa, os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos de forma simples, mas com uma complexidade sistêmica, visando obter respostas que enriqueçam e complementem a literatura existente, além de impactar positivamente a percepção intelectual e crítica das populações estudadas. Inicialmente, foi realizado um levantamento

secundário de informações para compreender as questões relacionadas ao cotidiano local, seguido por levantamentos práticos (Gomes et al., 2021).

Este estudo tem como objetivo entender, neste primeiro momento, as opiniões da população que obteve conquistas ao longo dos últimos anos e que merece ser ouvida e estudada. As políticas públicas e ações já existentes precisam ser aprimoradas para que essas populações, em conjunto com o meio ambiente, gerem serviços ambientais que impactem a vida de pessoas que vivem em centros urbanos e no mundo de forma geral (Pereira et al., 2022).

4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como a RDS Rio Negro, a composição dos atores sociais reflete dinâmicas complexas que envolvem fatores socioeconômicos, ambientais e institucionais. A migração para essas áreas protegidas é motivada por múltiplos aspectos, entre os quais destacam-se a busca por melhores condições de vida e o acesso a recursos naturais, conforme apontam Santos et al. (2017) e Silva & Almeida (2015). Essa movimentação populacional impacta diretamente a organização social e o manejo territorial, configurando um cenário dinâmico para a análise das comunidades locais.

As fontes de renda das famílias residentes em unidades de conservação tradicionalmente baseiam-se em atividades extrativistas e na agricultura de subsistência, que garantem o uso sustentável dos recursos naturais (Posey, 1999; Nepstad et al., 2006). Além disso, o desenvolvimento de atividades econômicas associadas à sociobiodiversidade e ao ecoturismo tem potencializado o fortalecimento econômico local (BRONDÍZIO et al., 2009).

A participação comunitária, através de organizações sociais e associações, é reconhecida como pilar fundamental para a governança local e para o sucesso das estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável (Ostrom, 1990; Berkes, 2004). Esta organização fortalece o capital social e facilita a gestão coletiva dos recursos naturais, promovendo a cooperação e a resolução de conflitos internos.

No que tange aos auxílios governamentais, estes têm demonstrado impacto significativo na melhoria da qualidade de vida, especialmente quando articulados com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Ribas & Schneider, 2014; IBGE, 2020). Contudo, a influência de instituições externas deve ser gerida com atenção, garantindo que o apoio não resulte em dependência, mas sim no fortalecimento da autonomia comunitária (Escobar, 1998).

A avaliação da atuação das instituições e organizações locais evidencia que a legitimidade social e a capacidade de integrar os interesses das comunidades são cruciais para

a gestão eficaz dos recursos naturais (Agrawal & Gibson, 1999). Assim, as ações necessárias para a melhoria da qualidade de vida devem contemplar uma abordagem integrada, respeitando as especificidades culturais e ambientais da região (SACHS, 2015).

Finalmente, os benefícios sociais e ambientais alcançados pela integração de práticas tradicionais com políticas ambientais consolidam a resiliência socioambiental da RDS, sendo um modelo relevante para outras unidades de conservação no Brasil e no mundo (MERTEN et al., 2019).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 MOTIVOS PARA MUDANÇA PARA A COMUNIDADE

A análise sobre os fatores que levaram as famílias a escolherem viver nas comunidades da RDS Rio Negro revela uma combinação de motivações econômicas, culturais e ambientais. A maioria dos residentes se sente atraída pela preservação de suas tradições e pela proximidade com os recursos naturais que garantem seu sustento. De acordo com Figueiredo (2017) e Cunha (2021), muitas dessas populações optaram por essas áreas devido à oportunidade de viver em harmonia com a natureza, preservar seus modos de vida tradicionais e aproveitar o uso sustentável dos recursos naturais.

As razões para migração nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira apresentam diferenças, conforme ilustrado no Gráfico e Gráfico 1b, respectivamente. Em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 1a), a principal motivação é a busca por melhores condições educacionais (45%), seguida por transferências de trabalho (33%) e busca por emprego (11%), destacando seu papel como centro educacional e profissional. Já em Tumbira (Gráfico 1b), 67% migraram em busca de qualidade de vida, proximidade de familiares e custo acessível, enquanto 33% migraram por motivos de trabalho. Segundo Silva e Souza (2012), as razões migratórias refletem fatores econômicos e sociais específicos, enquanto Barbosa (2016) destaca que a qualidade de vida é um fator crescente nas decisões migratórias.

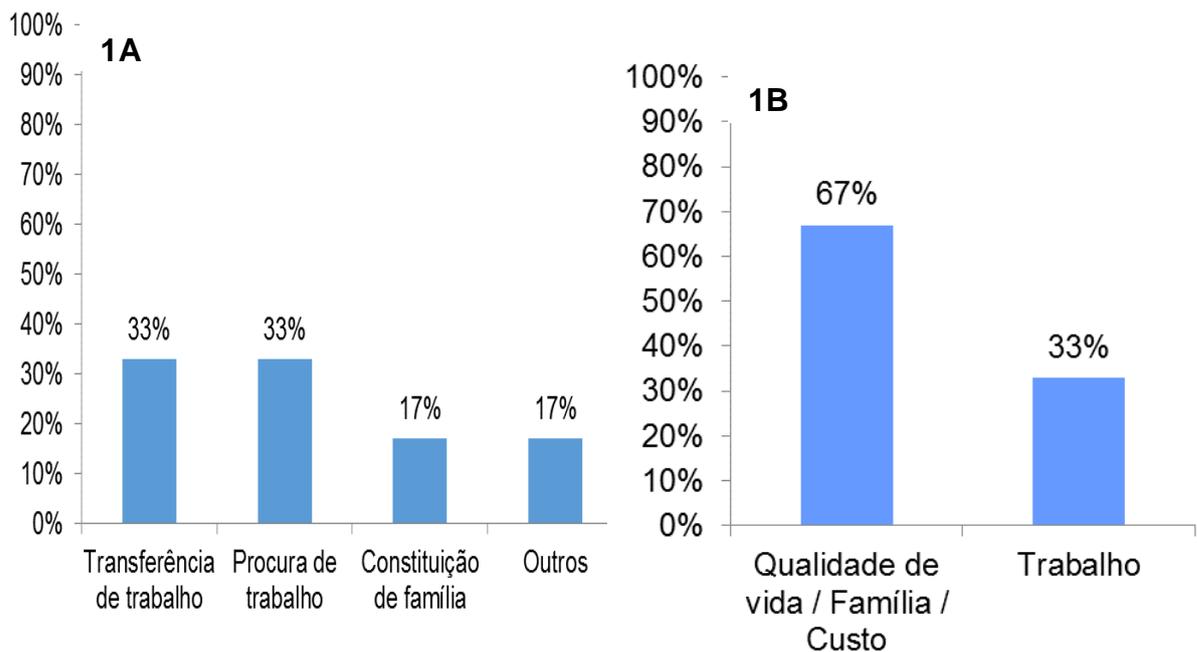


Figura 2: Motivos de migração nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.2 FONTES DE RENDA DAS FAMÍLIAS NAS COMUNIDADES DA RDS RIO NEGRO

As fontes de renda das famílias da RDS Rio Negro estão principalmente relacionadas à pesca, agricultura de subsistência e ecoturismo, práticas que envolvem o manejo sustentável dos recursos naturais. A pesquisa de Santos (2022) e Brito (2021) destaca que essas atividades são fundamentais para a subsistência das famílias, sendo realizadas de maneira a minimizar impactos ambientais. Além disso, o ecoturismo tem se consolidado como uma alternativa de renda, aproveitando a rica biodiversidade da região e valorizando as práticas culturais locais (PRATES, 2021).

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 2a), 78% das famílias dependem do turismo como principal fonte de renda, tornando a comunidade vulnerável a crises e variações de mercado. A pesca é a principal atividade para 22% das famílias, mas a falta de informações sobre outras fontes de renda limita a análise da economia local. Em Tumbira (Gráfico 2b), a economia é mais diversificada, com 23% das famílias dependendo da FAS, seguida por aposentadoria (15%), turismo (15%), agricultura (8%) e ensino (8%). A

aposentadoria indica possível envelhecimento populacional.

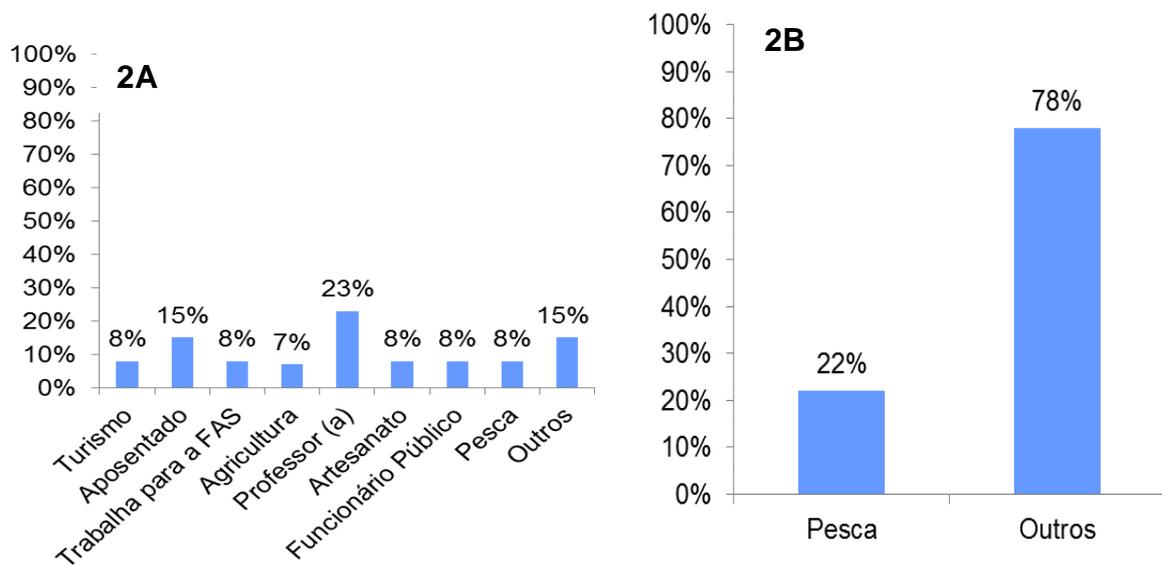


Figura 3: Fonte Primária de Renda da Família (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.3 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A participação em organizações sociais, como associações e cooperativas, tem se mostrado crucial para fortalecer o senso de comunidade e garantir a gestão compartilhada dos recursos. Segundo Teixeira (2022), as comunidades que são engajadas em organizações sociais tendem a ser mais resilientes, pois essas redes oferecem apoio mútuo e promovem a troca de conhecimento. Além disso, a participação dessas comunidades em processos decisórios locais favorece a implementação de políticas públicas que atendem às suas necessidades específicas (COSTA, 2020).

No Gráfico 3a, observa-se o nível de participação em organizações sociais na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde apenas 13% dos moradores estão envolvidos. Já no Gráfico 3b, referente à Comunidade Tumbira, a participação é ainda menor, atingindo apenas 10%. A baixa adesão pode estar relacionada a fatores como falta de tempo, desinteresse e dificuldades de acesso. Para fortalecer a mobilização social e o senso de pertencimento, é fundamental investir em campanhas informativas, ampliar o acesso às organizações e fortalecer as lideranças comunitárias, promovendo o desenvolvimento local (SILVA, 2020; PEREIRA, 2021).

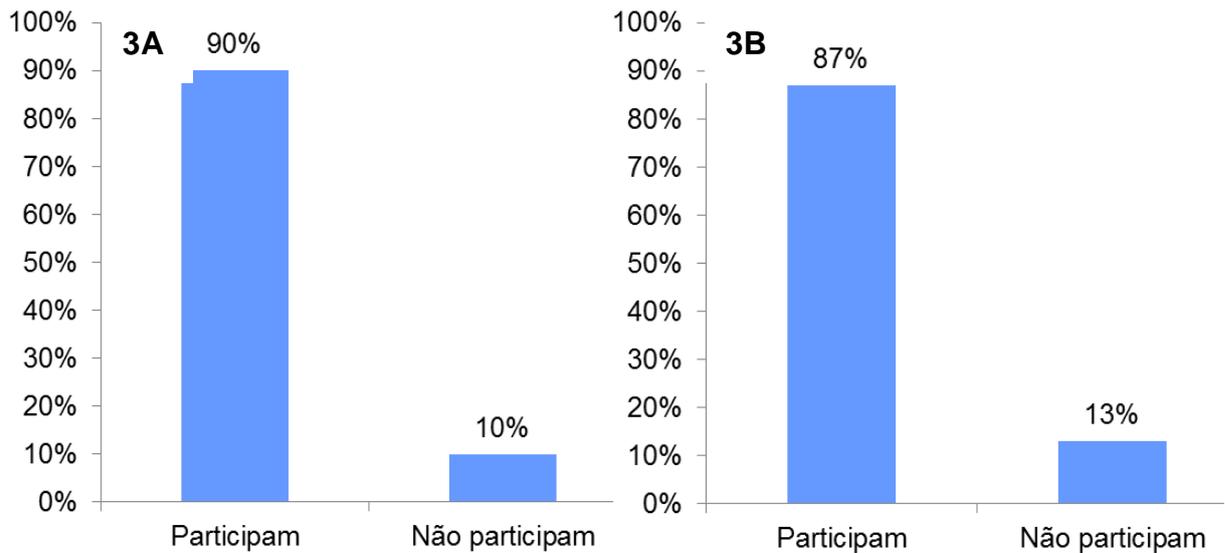


Figura 4: Participação das famílias em organizações sociais (A) Nossa Senhora do perpétuo Socorro (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.4 AUXÍLIOS GOVERNAMENTAIS E IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA

A análise do acesso aos auxílios governamentais, como o Bolsa Família e outros benefícios sociais, revela que a presença de políticas públicas de apoio social é fundamental para a manutenção da qualidade de vida nas comunidades da RDS Rio Negro. Contudo, como apontado por Almeida (2022) e Chaves (2023), há lacunas na implementação e no alcance desses benefícios, com muitas comunidades enfrentando dificuldades de acesso. O auxílio governamental, embora importante, não é suficiente para resolver todos os desafios socioeconômicos enfrentados pelas famílias.

No Gráfico 4a, vemos que, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 48% da população recebe benefícios, enquanto 52% não têm acesso, o que destaca a dependência significativa dos programas sociais e a necessidade urgente de melhorar a distribuição desses auxílios. Já no Gráfico 4b, é possível observar que, em Tumbira, apenas 20% dos moradores recebem auxílio. Isso sugere uma maior dependência de rendas próprias e dificuldades no acesso aos benefícios. A comparação entre os dois gráficos revela desigualdades e a urgência de políticas públicas mais inclusivas, que possam atender de forma mais eficaz as necessidades dos grupos vulneráveis (SOUZA, 2020; LIMA, 2021).

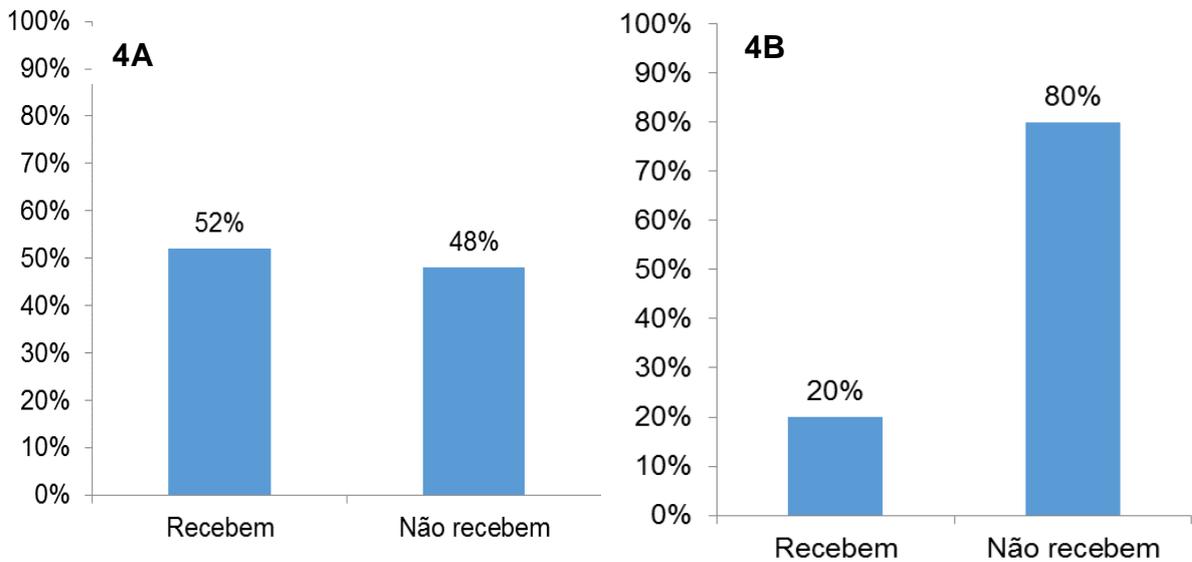


Figura 5: Comparativo do recebimento de benefícios sociais pelas famílias das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.5 INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES EXTERNAS NAS COMUNIDADES

As comunidades da RDS Rio Negro são influenciadas por diversas instituições, tanto governamentais quanto não governamentais, que atuam na gestão e conservação do território. Vasconcelos (2023) discute como as políticas públicas voltadas para a conservação ambiental e o manejo sustentável têm implicações diretas na vida cotidiana das populações. Entretanto, como Ranzi (2021) observa, muitas dessas instituições não envolvem suficientemente as comunidades locais nas decisões, o que pode gerar tensões e dificultar a implementação de políticas eficazes.

No Gráfico 5a, referente à comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 95% dos entrevistados reconhecem a influência de atores ou instituições no desenvolvimento local, destacando sua importância. No entanto, 5% não percebem essa influência, o que sugere variações na percepção sobre a concentração de poder e transparência. Já no Gráfico 5b, em Tumbira, 80% dos entrevistados reconhecem essa influência, mas 20% discordam, indicando uma percepção mais crítica sobre a justiça social e o papel desses atores. A análise desses dados pode ajudar a entender melhor as diferenças nas percepções e contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam maior equidade nas relações de poder, além de fortalecer a participação comunitária (SILVA, 2022; COSTA, 2023).

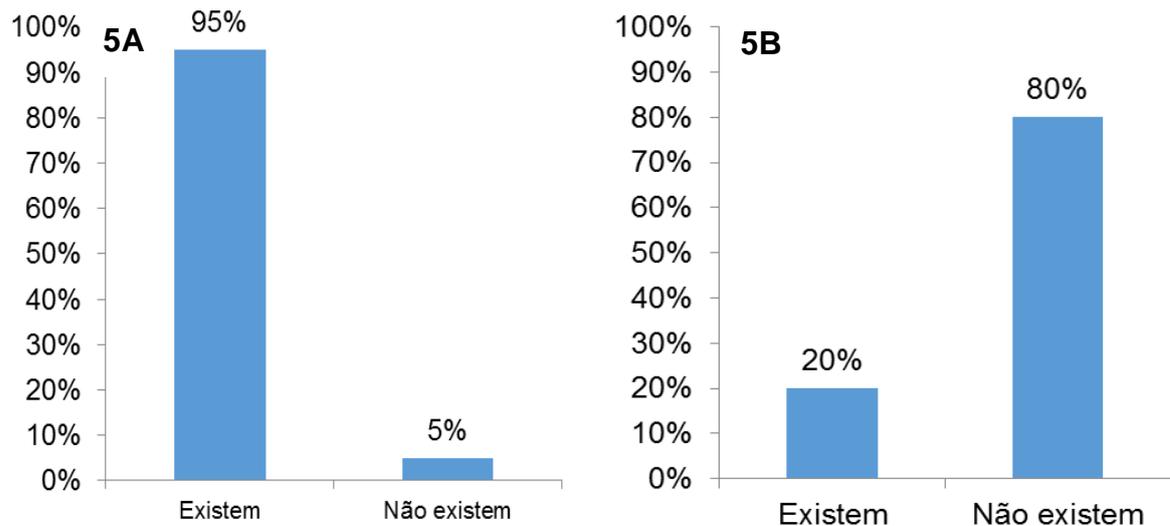


Figura 6: Existência de Instituições percebidas como mais influentes pelas famílias das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.6 AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES LOCAIS

A avaliação da atuação das instituições e organizações que influenciam as comunidades da RDS Rio Negro é essencial para entender sua efetividade. Segundo Teixeira (2022), a avaliação deve considerar os impactos sociais e ambientais das ações implementadas, levando em conta as necessidades locais. Apesar das contribuições significativas dessas instituições, Guimarães (2020) aponta que a falta de uma abordagem mais inclusiva e participativa pode resultar em práticas que não são bem-sucedidas ou que causam resistência por parte das comunidades.

No Gráfico 6a, referente à comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 54% dos entrevistados avaliam a atuação da instituição como "ótima" ou "boa". No entanto, críticas e opiniões neutras indicam que há necessidade de ajustes, reforçando a importância de estratégias mais eficazes e maior engajamento comunitário. Já no Gráfico 6b, em Tumbira, o índice de avaliações positivas é ligeiramente superior, com 60% dos entrevistados considerando a atuação da instituição como "ótima" ou "boa". No entanto, também surgem opiniões negativas e sugestões de melhorias, o que aponta para a necessidade de aprimoramento nas estratégias adotadas e um maior envolvimento da comunidade (OLIVEIRA, 2021; PEREIRA, 2022).

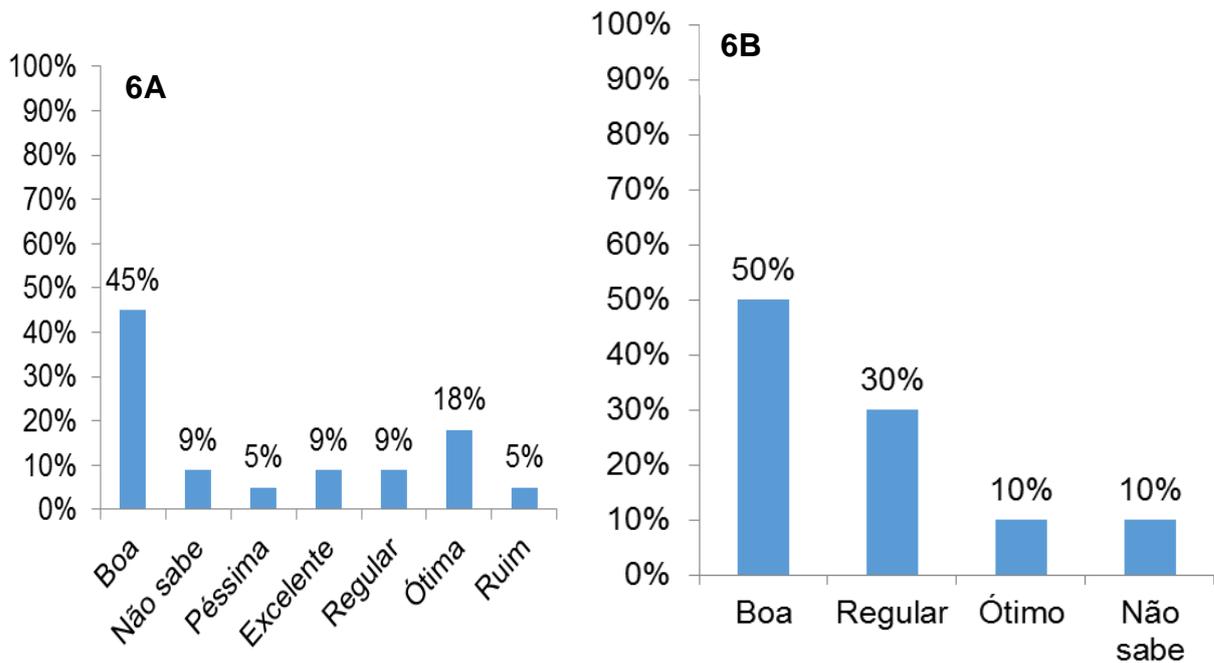


Figura 7: Avaliação das instituições que atuam nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.7 MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E AÇÕES NECESSÁRIAS

A melhoria das condições de vida nas comunidades depende de ações estruturais abrangentes que envolvem educação, saúde, infraestrutura e o fortalecimento das práticas agrocológicas. Oliveira (2023) sugere que a promoção da educação ambiental, combinada com o apoio a práticas agrícolas sustentáveis, pode melhorar tanto a produtividade quanto a conservação dos recursos naturais. Além disso, o fortalecimento do ecoturismo pode proporcionar novas fontes de renda, ampliando as oportunidades para as famílias e melhorando suas condições de vida (SOUZA, 2021).

No Gráfico 7a, referente à comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, as principais demandas são cursos profissionalizantes (31%), reforma na infraestrutura (28%) e novos projetos (24%). Esses dados refletem a busca por qualificação e melhorias nas condições de vida da comunidade (Gliessman, 2000; Caporal e Costabeber, 2004). Já no Gráfico 7b, em Tumbira, as principais solicitações incluem novos empreendimentos (38%), melhorias na infraestrutura (31%) e cursos de capacitação (12%), com um foco maior no empreendedorismo (Feiden, 2005). Embora a infraestrutura seja uma preocupação comum, a busca por qualificação e oportunidades econômicas varia entre as comunidades. A categoria "outros" (19%) em Tumbira indica necessidades adicionais que ainda precisam ser mais detalhadas.

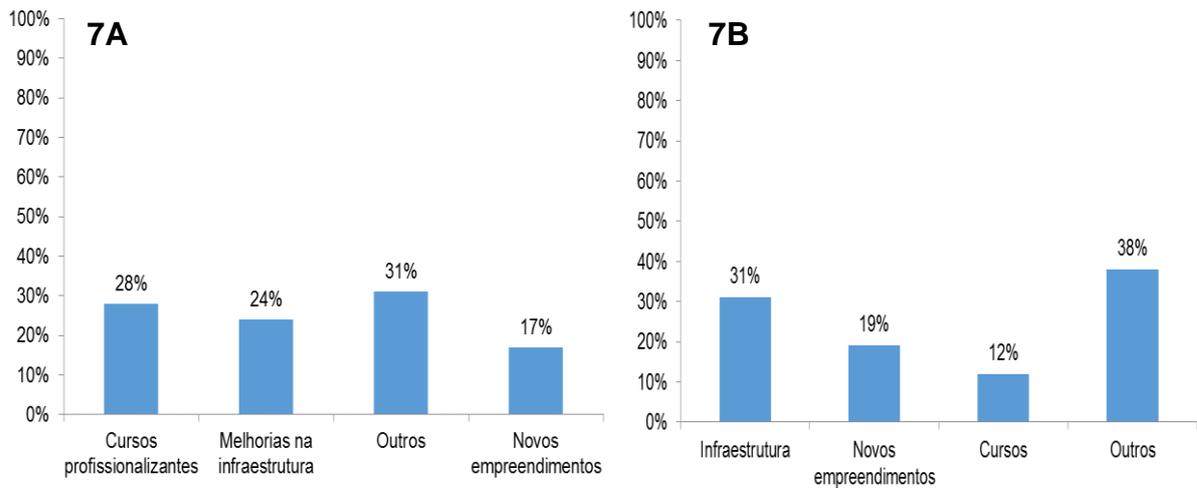


Figura 8: Percepções dos moradores das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira sobre como as instituições poderiam contribuir para a melhoria da vida comunitária (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

5.8 BENEFÍCIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS ALCANÇADOS

Os benefícios alcançados pelas comunidades da RDS Rio Negro estão relacionados ao equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. Silva (2021) destaca que as comunidades têm conquistado avanços na gestão territorial e no aumento da renda familiar, particularmente por meio do ecoturismo e da agricultura sustentável. No entanto, esses benefícios são frequentemente limitados pela falta de políticas públicas mais eficazes e pela necessidade de maior integração entre as diferentes instâncias de gestão (COSTA e FIGUEIREDO, 2021).

No Gráfico 8a, referente à comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a maioria reconhece os benefícios dos projetos institucionais. No entanto, a dificuldade de identificação de alguns moradores aponta falhas na comunicação, o que sugere a necessidade de ajustes para garantir que todos tenham acesso e compreendam as iniciativas (Silva, 2020; Souza, 2018). Já no Gráfico 8b, em Tumbira, 50% destacam os projetos institucionais como o maior benefício, seguidos por infraestrutura (22%) e máquinas (11%), sem respostas negativas, o que sugere um impacto claro e positivo. A análise indica que melhorias na comunicação e no alinhamento dos projetos com as necessidades locais podem otimizar os resultados e aumentar o engajamento comunitário (GOMES e OLIVEIRA, 2019; BARROS et al., 2021).

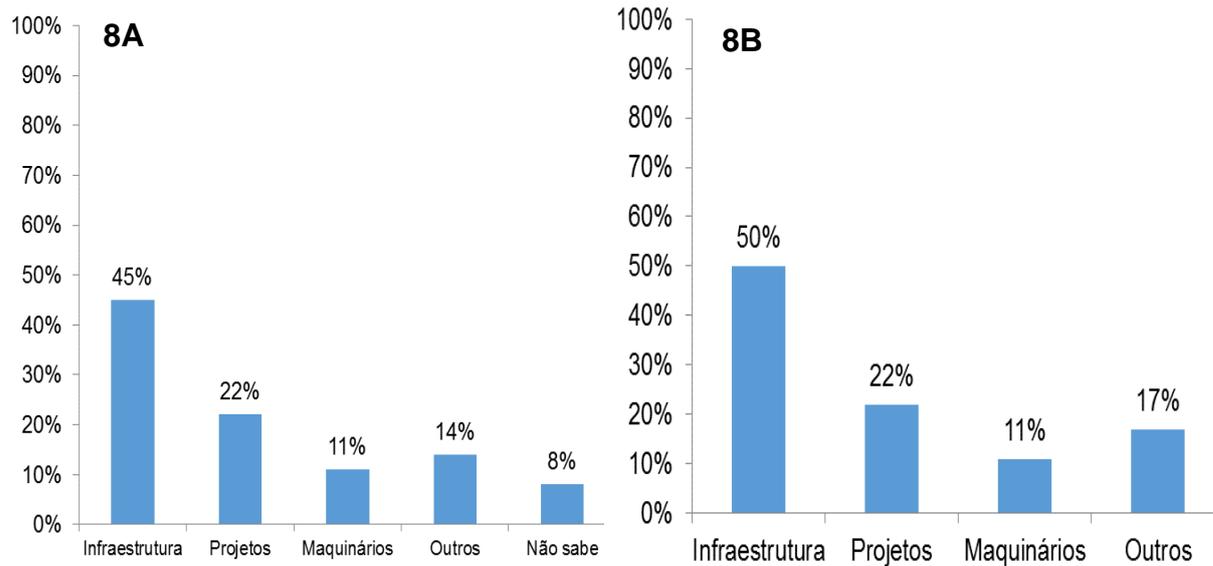


Figura 9: Benefícios alcançados pelas famílias das comunidades por meio da atuação de instituições na RDS Rio Negro (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo abordou a composição dos atores sociais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro e os desdobramentos de suas interações no contexto da gestão territorial e ambiental. A análise revelou a importância da colaboração entre diferentes grupos sociais, como comunidades tradicionais, ONGs, órgãos governamentais e profissionais da área acadêmica, no desenvolvimento de práticas que conciliem a preservação ambiental e as necessidades socioeconômicas das populações locais.

Os atores sociais locais, como os caboclos, desempenham um papel crucial na preservação do meio ambiente, com suas práticas e conhecimentos tradicionais contribuindo diretamente para a conservação dos recursos naturais. No entanto, a gestão territorial na RDS Rio Negro não pode se limitar à visão de um único grupo. A atuação conjunta e integrada entre os diferentes atores, como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Governo Estadual e Municipal, e as comunidades locais, é essencial para garantir o sucesso das políticas públicas e das iniciativas sustentáveis na região.

Entre os principais desdobramentos dessa interação, destaca-se a criação de espaços de diálogo e cooperação, que permitem a troca de conhecimentos e a construção de soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pela RDS Rio Negro. A inclusão das comunidades no

turismo sustentável, a melhoria da infraestrutura e os projetos voltados para a promoção do desenvolvimento local são exemplos concretos de como a colaboração entre os diversos atores sociais pode gerar resultados positivos para a região.

É importante ressaltar que as populações locais, muitas vezes subestimadas, possuem um conhecimento profundo e valioso sobre o território e seus recursos. Profissionais como parteiras, pescadores, agricultores, e artesãs, desempenham papéis essenciais na estabilidade e sustentabilidade do ecossistema local. Seu envolvimento nas decisões sobre a gestão territorial e ambiental é fundamental para o sucesso das estratégias de manejo e preservação.

Em suma, a interação entre os atores sociais da RDS Rio Negro é um elemento central para a construção de um modelo de gestão territorial que respeite as especificidades locais, promova a preservação ambiental e atenda às necessidades das comunidades. Os desdobramentos dessa interação são fundamentais para o fortalecimento da identidade social local e para o desenvolvimento sustentável da região, garantindo que as futuras gerações possam continuar usufruindo dos recursos naturais de forma equilibrada e responsável.

A análise da composição dos atores sociais da RDS Rio Negro evidenciou a diversidade de perfis, funções e vínculos com o território, revelando relações complexas entre as comunidades locais, as instituições públicas e as organizações da sociedade civil. Esses desdobramentos influenciam diretamente as estratégias adotadas para o uso e a conservação dos recursos naturais. Com base nesse cenário, o capítulo seguinte aprofunda a discussão sobre as formas sustentáveis de manejo e preservação ambiental e territorial desenvolvidas na região, relacionando essas práticas com os arranjos socioterritoriais identificados.

7 CAPÍTULO 2- FORMAS SUSTENTÁVEIS DE MANEJO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

7.1 INTRODUÇÃO

No âmbito das Unidades de Conservação, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, a gestão sustentável e a conservação do meio ambiente e território são aspectos cruciais. O desafio das políticas públicas atuais é encontrar maneiras de conciliar a sustentabilidade ambiental com as necessidades socioeconômicas das comunidades tradicionais (Medeiros, 2021). Neste contexto, torna-se imprescindível reavaliar as estratégias de utilização e gestão dos recursos naturais, levando em conta o equilíbrio entre a exploração e

a conservação (Silva et al., 2020). Os métodos sustentáveis de gestão não se limitam apenas ao uso eficaz dos recursos, mas também à preservação da biodiversidade e ao incentivo de práticas que reduzam os efeitos no meio ambiente (FERREIRA e ALMEIDA, 2022).

A relevância de um gerenciamento sustentável está ligada à habilidade de assegurar a persistência dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades locais (Pereira & Costa, 2019). Em sua concepção mais abrangente, a sustentabilidade vai além da conservação ambiental, abrangendo também a inclusão social e o progresso econômico das comunidades tradicionais (Gonçalves et al., 2020). Nesse cenário, ações como a agroecologia, o uso de tecnologias adequadas e a adaptação das comunidades aos desafios ambientais podem ter um papel crucial. De acordo com Gliessman (2000), a agroecologia surge como uma opção para a agricultura sustentável, ao sugerir um método de gestão que valoriza a saúde dos ecossistemas, a diversidade biológica e a justiça social.

A adoção de táticas que não só assegurem a preservação de seus recursos naturais, mas também incentivem um crescimento local harmonizado. Assim, o manejo sustentável surge como um instrumento de conexão entre as práticas tradicionais de uso do solo e as demandas atuais de conservação (Barros et al., 2021). Assim, a proteção do meio ambiente e a gestão sustentável devem ser tratadas de maneira conjunta, levando em conta as particularidades ecológicas e culturais das áreas de proteção, como é o caso da RDS do Rio Negro. É crucial a implementação de métodos que respeitem os limites ecológicos e incentivem a sustentabilidade das comunidades locais para a efetividade da administração territorial nessas regiões (SANTOS e LIMA, 2022).

No que diz respeito às terras, ambas as comunidades mostram um compromisso com a agricultura sustentável, apesar de adotarem estratégias diferentes. Tumbira valoriza o uso de adubos naturais, a eliminação de pesticidas e a conservação das árvores ribeirinhas, com ações focadas na preservação do equilíbrio ambiental através dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Por outro lado, a NSRA adota métodos mais tradicionais, como a compostagem, a alternância de culturas e a utilização de adubo vegetal, além de realizar cortes e queimadas controladas, visando aprimorar a fertilidade do solo, embora com o objetivo de atenuar os efeitos ambientais.

Nas florestas, ambas as comunidades destacam a relevância da conservação e do plantio de novas florestas. Tumbira destaca a replantação de espécies excluídas, o uso sazonal e sustentável dos recursos naturais, ao passo que a NSRA destaca a produção de mudas, o armazenamento de sementes e o ecoturismo como ações que fomentam a preservação e a valorização de áreas degradadas. O objetivo comum de preservar a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas é comum, apesar das diversas estratégias de execução.

7.2 FONTES DE CONHECIMENTO E PRÁTICAS DE MANEJO SUSTENTÁVEL

Os moradores da RDS do Rio Negro geralmente adquirem seus conhecimentos sobre manejo dos recursos naturais por meio de práticas intergeracionais, onde saberes ancestrais são passados dos mais velhos para os mais jovens. Esse processo de transmissão de conhecimentos é essencial para a continuidade do manejo sustentável, que integra atividades como agricultura, pesca e manejo florestal. A comunidade mantém uma relação estreita com os ciclos naturais, utilizando técnicas que buscam equilibrar as necessidades humanas com a preservação ambiental. A troca de saberes também se dá por meio de associações e parcerias com ONGs e instituições de pesquisa, que colaboram na capacitação de membros da comunidade para práticas de manejo sustentável (GONÇALVES et al., 2021).

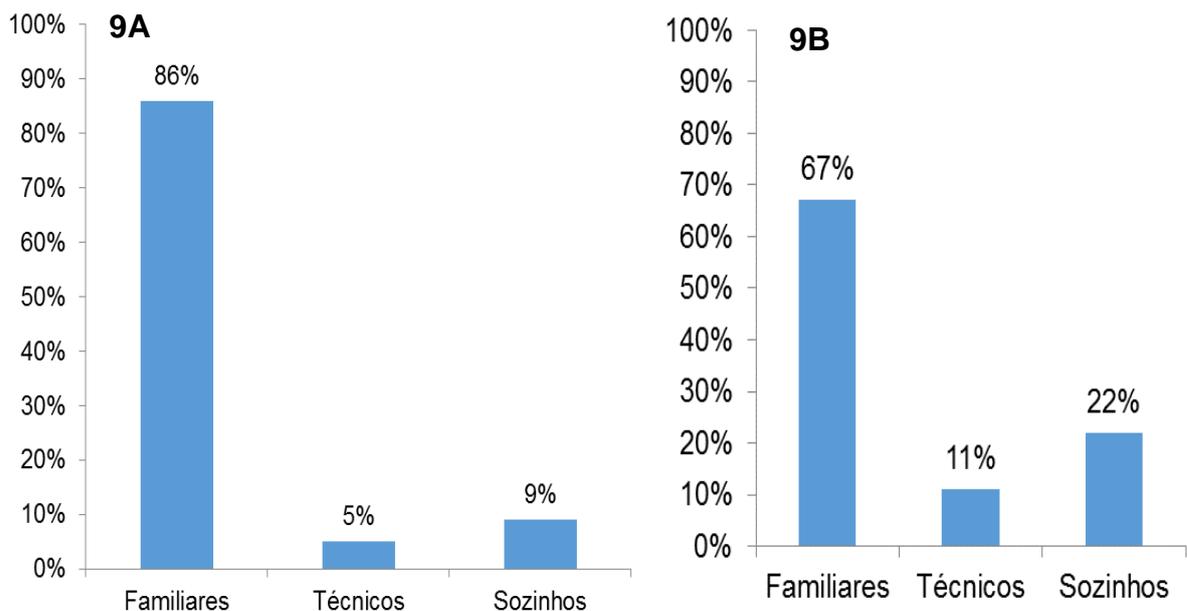


Figura 10: Fontes de aprendizado sobre práticas de manejo entre moradores das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

De acordo com o Gráfico 9A, observa-se que 86% dos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro realizam suas atividades produtivas com apoio de familiares, enquanto apenas 5% contam com orientação de técnicos e 9% atuam de forma individual. Esses dados revelam a centralidade da família na condução das práticas cotidianas, evidenciando um modelo de organização tradicional e coletivo, característico de muitas comunidades

amazônicas. A baixa presença de suporte técnico aponta para limitações no acesso a políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, o que pode comprometer a adoção de boas práticas agroecológicas (Altieri, 2002). Conforme destaca Gliessman (2000), o fortalecimento de modelos sustentáveis depende do diálogo entre saberes tradicionais e conhecimento técnico, sendo fundamental ampliar a presença de profissionais capacitados que possam atuar de forma integrada às dinâmicas comunitárias. Dessa forma, a predominância de práticas familiares, embora positiva no aspecto cultural e da cooperação, ainda carece de suporte externo que potencialize a sustentabilidade das atividades.

Na Comunidade Tumbira, conforme apresentado no Gráfico 9B, observa-se que 67% dos entrevistados realizam suas atividades produtivas com familiares, enquanto 11% contam com apoio técnico e 22% atuam sozinhos. Comparando com a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 9A), percebe-se uma menor predominância do trabalho familiar e um número significativamente maior de moradores que executam as atividades de forma individual ou com apoio técnico.

Essa maior presença de autonomia e de suporte técnico na Tumbira pode indicar um estágio mais avançado em termos de articulação com instituições ou projetos que fornecem capacitações e orientações externas. No entanto, o percentual ainda é baixo, refletindo a necessidade de ampliação da assistência técnica rural qualificada, conforme apontado por Altieri (2002) e Gliessman (2000). Para que haja avanço em práticas sustentáveis, é essencial investir na formação e na valorização dos saberes tradicionais, promovendo a integração entre conhecimento técnico e vivências locais.

A comparação entre as duas comunidades evidencia diferentes dinâmicas organizacionais e graus de acesso a políticas públicas, o que deve ser considerado no planejamento de estratégias de desenvolvimento local e conservação.

7.3 ANÁLISE COMPARATIVA DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA PELOS MORADORES NAS COMUNIDADES: ENTRE O SUPORTE FAMILIAR, A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A EXECUÇÃO AUTÔNOMA DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, observa-se que a grande maioria dos moradores (86%) relatou não ter recebido orientação técnica, enquanto apenas 14% afirmaram que foram contemplados com algum tipo de assistência técnica. Esse dado revela um cenário preocupante, considerando que o acesso a orientações técnicas adequadas é

fundamental para o fortalecimento das práticas sustentáveis, especialmente em áreas inseridas em Unidades de Conservação, como é o caso da RDS Rio Negro.

A ausência de suporte técnico pode comprometer diretamente a eficácia dos Planos de Manejo e o aproveitamento do potencial produtivo local, conforme apontam Diegues (2008) e Veríssimo et al. (2011), que destacam a importância da assistência técnica como ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável e a autonomia das populações tradicionais. Além disso, Maretti (2001) argumenta que o manejo participativo exige a presença de técnicos capacitados que atuem como mediadores do conhecimento científico e dos saberes tradicionais. Ademais, Lima (2020) reforça que o sucesso da gestão territorial depende não apenas do planejamento formal, mas também da implementação concreta de políticas públicas, como a extensão rural e programas de capacitação, que devem ser direcionados às reais necessidades das comunidades. Quando esse apoio não ocorre, a comunidade pode recorrer exclusivamente ao conhecimento empírico ou se ver limitada na adoção de práticas mais eficientes e sustentáveis.

Assim, os dados do Gráfico 10A sugerem que, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ainda existem lacunas significativas no que diz respeito ao acesso à orientação técnica, o que pode refletir em fragilidades na implementação das estratégias de conservação e manejo local.

No Gráfico 10B, referente à comunidade Tumbira, o cenário também é marcado por uma ausência significativa de orientação técnica, com 89% dos moradores afirmando que não receberam nenhum tipo de apoio técnico. Apenas 11% relataram ter sido beneficiados por esse tipo de assistência. Quando comparamos com os dados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 10A), percebemos que ambas enfrentam uma realidade bastante semelhante, com percentuais elevados de ausência de apoio técnico (86% e 89%, respectivamente).

Essa carência de assistência técnica nas duas comunidades revela um problema estrutural comum dentro da RDS Rio Negro, que pode comprometer a efetividade dos objetivos estabelecidos nos Planos de Manejo. Como destacam Veríssimo et al. (2011), a promoção do desenvolvimento sustentável nessas áreas depende, entre outros fatores, da presença constante de profissionais que contribuam com a qualificação das práticas produtivas, fortalecendo a capacidade de gestão local.

Além disso, Diegues (2008) e Maretti (2001) enfatizam que a orientação técnica é um elo fundamental para articular o conhecimento tradicional com as inovações sustentáveis, contribuindo para que as comunidades façam uso mais eficiente e conservacionista dos recursos

naturais. A ausência desse apoio técnico evidencia uma lacuna na execução das políticas públicas voltadas à promoção da sociobiodiversidade e da autonomia local, como também já advertido por Lima (2020).

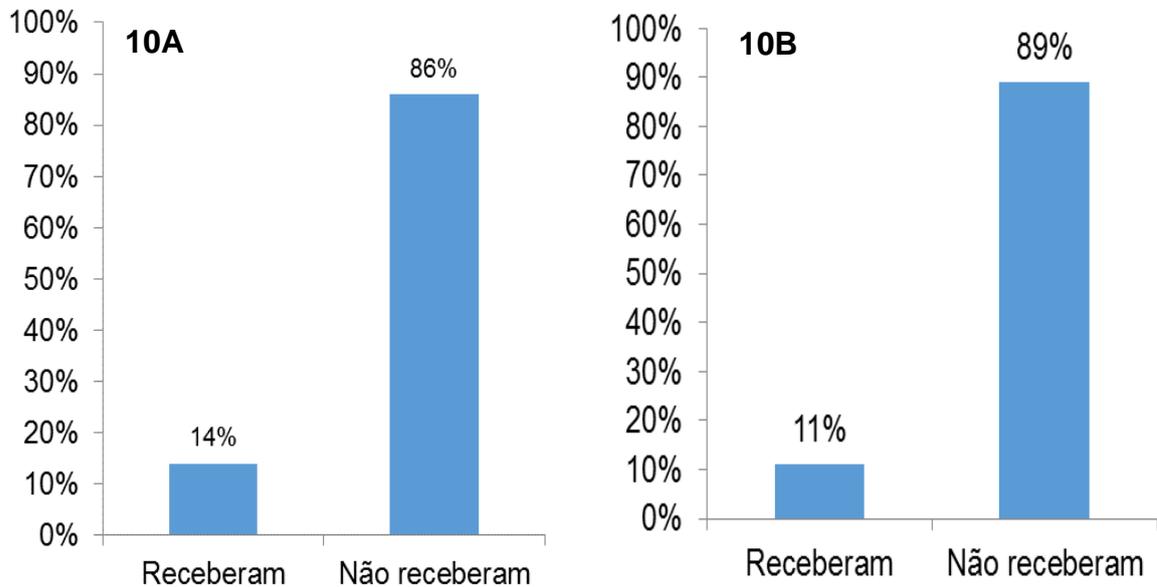


Figura 11: Proporção de moradores que relataram ter recebido orientação técnica nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.4 PRÁTICAS DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: O ROÇADO E O PLANTIO TRADICIONAL

O roçado é uma prática tradicional de cultivo na RDS do Rio Negro, adotada principalmente para a produção de alimentos de subsistência. Essa forma de cultivo é baseada no uso rotacionado da terra e no aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Embora o roçado seja considerado uma prática agroecológica, ele precisa ser gerido de maneira a evitar a degradação do solo e garantir a regeneração das áreas utilizadas. As comunidades locais utilizam técnicas como a compostagem, o uso de plantas nativas e a rotação de culturas para manter a fertilidade do solo e preservar a biodiversidade. Essas práticas tradicionais são fundamentais para a segurança alimentar da população, mas precisam ser continuamente adaptadas às novas realidades climáticas e sociais (Santos & Almeida, 2022).

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 11A), 77% dos entrevistados não cultivam a terra, ao passo que 23% a mantêm. Isso pode estar ligado a alterações nos costumes agrícolas e desafios de acesso à terra, como apontado por Almeida et al. (2012), que debatem a mudança de práticas tradicionais para outras atividades econômicas.

Na Comunidade Tumbira (Gráfico 11B), 80% dos entrevistados não cultivam o campo, mas 20% ainda o fazem utilizando métodos manuais para a sobrevivência, demonstrando a transição para métodos mais modernos ou o desinteresse pela tarefa.

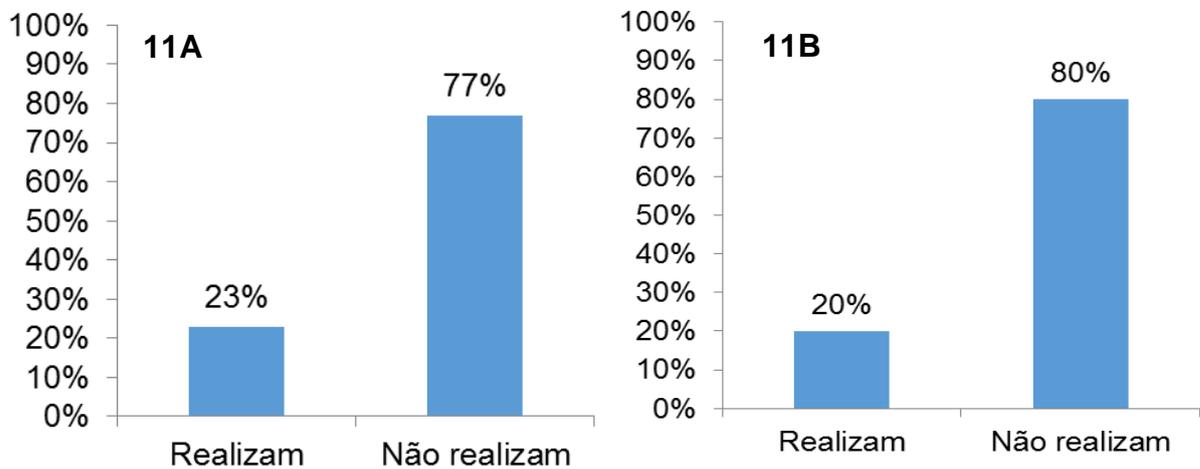


Figura 12 Prática do plantio de roçado entre os moradores das comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.5 PESCA E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AQUÁTICOS

A pesca desempenha um papel central na economia e na cultura das comunidades da RDS do Rio Negro. Entretanto, para que as populações possam continuar a contar com esse recurso de maneira sustentável, são necessários mecanismos de gestão pesqueira que regulamentem as atividades, de modo a evitar a sobreexploração das espécies. As comunidades locais têm se envolvido em estratégias de pesca sustentável, incluindo a implementação de períodos de defeso e a adoção de técnicas menos impactantes, como a pesca artesanal. A cooperação com ONGs e agências ambientais tem sido importante para promover a conscientização sobre a conservação dos recursos aquáticos e a necessidade de monitoramento contínuo dos estoques pesqueiros (Silva, 2019).

Conforme evidenciado no Gráfico 12A, tanto na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro quanto na Comunidade Tumbira, 55% dos entrevistados declararam não praticar mais a atividade de pesca, enquanto 45% ainda a exercem. Essa redução pode estar relacionada à urbanização, mudanças nos hábitos alimentares ou à busca por alternativas de sustento. Apesar da queda, a pesca continua sendo relevante para uma parte significativa da população local, especialmente em termos de segurança alimentar e manutenção de práticas tradicionais.

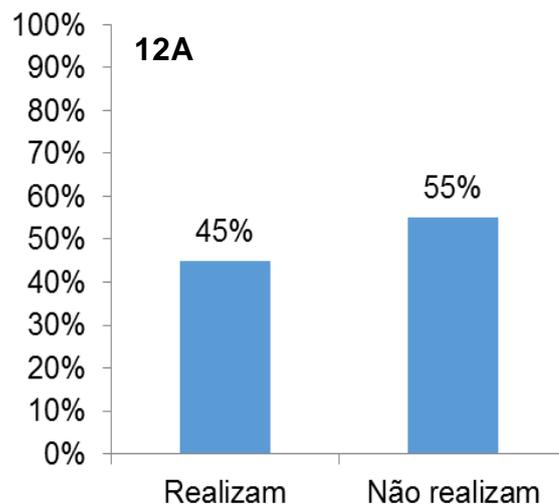


Figura 13: (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.6 CRIAÇÃO DE ANIMAIS E MANEJO INTEGRADO

A criação de animais, como galinhas e porcos, é uma prática comum nas comunidades da RDS do Rio Negro e pode ser realizada de maneira sustentável quando integrada com as práticas de agricultura agroecológica. A criação de animais em sistemas agroecológicos permite que a comunidade aproveite de maneira eficiente os resíduos agrícolas e da própria criação, além de gerar renda e diversificar a alimentação. A sustentabilidade dessa prática depende de um manejo responsável, com atenção às questões ambientais, como o controle da erosão e o uso racional da água. A integração da criação de animais com o cultivo de plantas nativas e a preservação das florestas é uma estratégia de manejo que visa manter o equilíbrio ecológico e promover a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas (Ferreira, 2020).

Gráfico 13A (Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro): Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 59% dos participantes não têm o hábito de criar animais, provavelmente por causa da urbanização e das alterações nas fontes de sustento. Para os 41% que ainda praticam essa atividade, é crucial analisar os efeitos econômicos, culturais e ambientais dessa ação e procurar opções sustentáveis para assegurar a segurança alimentar. Gráfico 13B (Comunidade Tumbira): Na comunidade Tumbira, 60% dos participantes afirmam que não têm o hábito de criar animais, enquanto 40% ainda o fazem, seja para subsistência, venda ou diversão. Fatores como espaço insuficiente e ausência de interesse podem afetar essa escolha. A prática precisa ser examinada sob a perspectiva da sustentabilidade, levando em conta os efeitos econômicos e ecológicos.

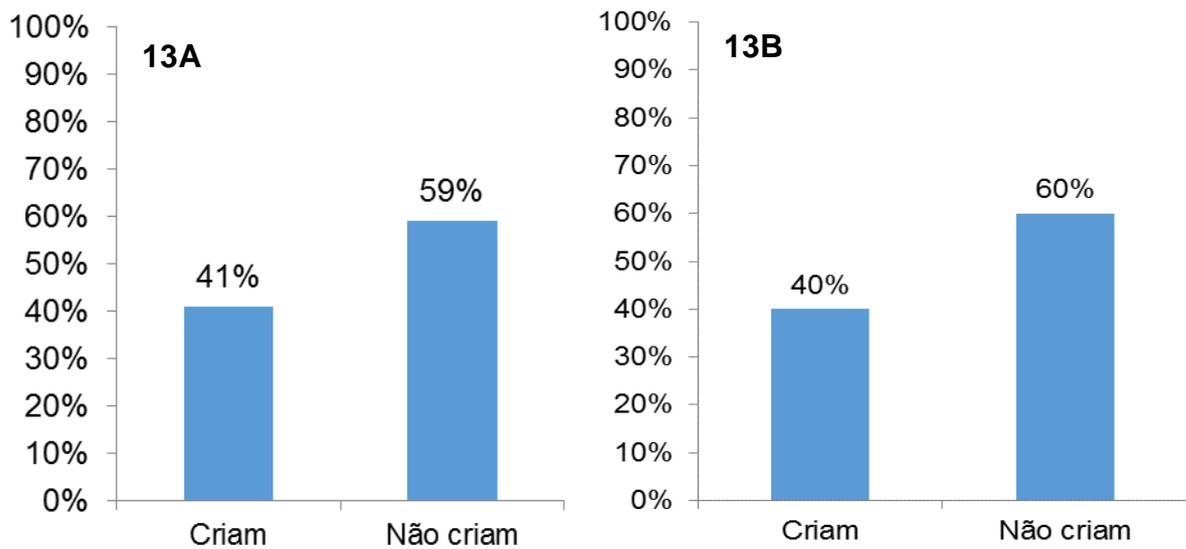


Figura 14: Distribuição percentual dos participantes que realizam ou não a atividade de pesca nas comunidades. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.7 COLETA E EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NA RDS DO RIO NEGRO: SUSTENTABILIDADE E POTENCIAL ECONÔMICO

Nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira, a utilização de recursos florestais é baseada em práticas sustentáveis, priorizando a alimentação, a produção artesanal e a edificação. As espécies recolhidas diferem conforme as demandas locais e as tradições culturais.

Na Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, algumas espécies de árvores recolhidas incluem a bromélia (família *Bromeliaceae*), cuja planta inteira é comumente utilizada para demonstração no orquidário. A castanha (*Bertholletia excelsa*) é recolhida por suas amêndoas e ouriço, sendo empregada tanto na produção de artesanato quanto na alimentação. O fruto do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) é utilizado na alimentação e na produção de artesanato. O fruto do açaí (*Euterpe oleracea*) é coletado para uso tanto no artesanato quanto na alimentação. O fruto do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) também é utilizado na culinária. Enquanto o morototó (*Mauritia flexuosa*) é utilizado em artesanato com suas sementes.

Na Comunidade Tumbira, a coleta de espécies florestais abrange a castanha, cujos frutos são utilizados tanto para alimentação quanto para a produção de artesanato. O fruto do cacau-do-mato (*Theobroma bicolor*) é coletado para consumo, enquanto o fruto do uxi (*Endopleura uchi*) é usado como alimento. A madeira do angelim (*Hymenolobium spp.*) é utilizada na

construção e reforma de casas, assim como a do aritú-loro (*Pouteria spp.*), cuja madeira também é empregada em construções. Estas práticas de coleta e utilização sustentável de recursos naturais demonstram o profundo conhecimento e o respeito das comunidades para com o meio ambiente circundante.

A coleta de recursos florestais, como frutas, ervas medicinais e madeira, é uma prática que exige cuidado para evitar a sobreexploração e a degradação dos ecossistemas. A RDS do Rio Negro adota práticas de manejo sustentável para a coleta de produtos florestais, que incluem a definição de áreas de uso sustentável e a rotatividade de recursos. Essas práticas são fundamentais para garantir a continuidade do uso dos recursos, sem comprometer a capacidade regenerativa das florestas. Além disso, a coleta de espécies florestais está intimamente ligada ao uso tradicional dos recursos naturais, que proporciona aos moradores uma fonte de renda e uma base para suas práticas culturais e espirituais (Carvalho et al., 2021).

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 14A), 55% dos participantes da pesquisa não fazem a coleta de espécies florestais, enquanto 45% persistem com essa atividade. Essa redução pode ser creditada à urbanização e ao acesso ampliado a outros recursos. No entanto, a coleta continua sendo importante para uma parcela da população, sendo vital acompanhar a sustentabilidade dos recursos florestais, como ressaltado por Peres (2000).

Na Comunidade Tumbira (Gráfico 14B), 60% dos participantes da pesquisa coletam espécies florestais para usos como lenha e plantas medicinais. Apesar de ser crucial para a economia local, a coleta, se não for adequadamente administrada, pode causar impactos ambientais consideráveis.

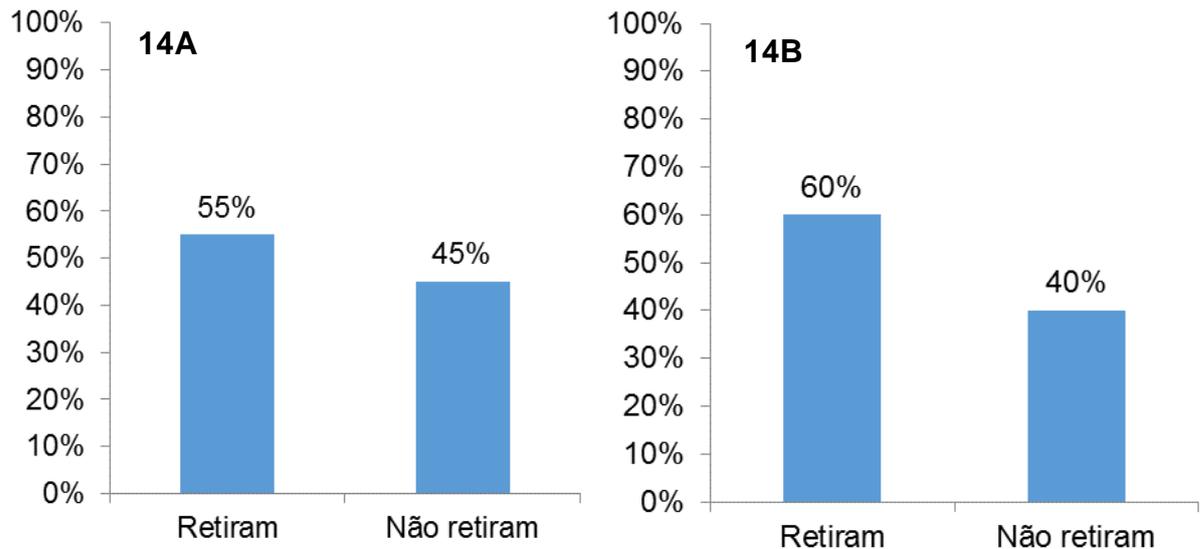


Figura 15: Percentual de participantes que realizam a coleta de espécies florestais nas comunidades. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.8 PLANOS DE MANEJO FLORESTAL NAS COMUNIDADES E SUA EXECUÇÃO

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 15A), 62% dos participantes afirmaram que os planos de manejo florestal existem, 23% disseram que esses planos não existem e 15% declararam não saber. Esses mesmos percentuais foram observados também na Comunidade Tumbira, indicando uma percepção semelhante entre os moradores das duas localidades quanto à presença dessas estratégias de gestão. Esse dado reforça a hipótese de que, embora exista o reconhecimento majoritário sobre a existência dos planos de manejo, ainda há um déficit considerável de informação acessível e clara, especialmente para os 38% que demonstraram desconhecimento ou negaram a existência desses instrumentos. Tal cenário revela fragilidades nos processos de comunicação e envolvimento comunitário nas ações de gestão ambiental, o que pode comprometer tanto a compreensão quanto o comprometimento da população com os objetivos propostos.

Segundo Oliveira (2023), para que os planos de manejo sejam realmente eficazes, é essencial o envolvimento direto das comunidades desde sua elaboração até a fase de implementação, assegurando uma gestão participativa sensível às particularidades socioambientais. Além disso, é necessário investir em estratégias contínuas de monitoramento e adaptação, capazes de responder às transformações ambientais e às dinâmicas locais. Como apontam Medeiros et al. (2022), quando elaborados em parceria com as populações tradicionais, os planos de manejo podem equilibrar conservação e uso sustentável dos recursos,

estabelecendo zonas de uso e diretrizes que dialogam com as demandas econômicas locais. Contudo, sua efetividade está diretamente condicionada ao engajamento ativo dos moradores, à capacitação técnica e à supervisão sistemática das ações previstas. Ferreira et al. (2010) reforçam que a comunicação clara e transparente entre instituições gestoras e comunidades é um fator decisivo para o êxito das estratégias de manejo florestal, contribuindo para a valorização do conhecimento local e o fortalecimento da autonomia das populações envolvidas.

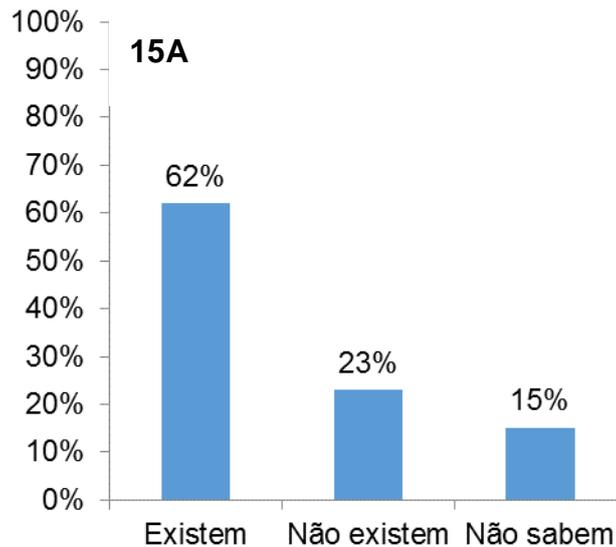


Figura 16: Presença de planos de manejo nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.9 EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO NAS COMUNIDADES

No Gráfico 16A, que apresenta a percepção da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro sobre a efetividade dos planos de manejo florestal, observa-se que 70% dos participantes acreditam que os planos não estão sendo efetivos, enquanto apenas 30% avaliam que estão sendo. Esse resultado demonstra uma insatisfação significativa da comunidade com a execução das ações previstas, indicando falhas no alcance dos objetivos propostos pelos planos de manejo. Apesar de a maioria dos moradores reconhecer a existência dos planos (como mostrado no Gráfico 15), o sentimento de que não estão funcionando de maneira satisfatória reforça a necessidade de revisão nas estratégias adotadas e no modo como essas ações são conduzidas localmente.

De acordo com Oliveira (2023), a eficácia dos planos de manejo depende diretamente

do envolvimento comunitário e da capacidade de gestão adaptativa, o que exige o fortalecimento de lideranças locais, capacitação técnica e infraestrutura mínima para a execução das atividades. Além disso, Medeiros et al. (2022) destacam que os planos devem ser construídos com base em demandas reais da comunidade, promovendo o uso sustentável dos recursos e gerando benefícios concretos para as populações envolvidas. A ausência desses elementos pode resultar em descrença, baixa adesão e percepção negativa dos moradores. Ferreira et al. (2010) reforçam que estratégias de manejo bem-sucedidas são aquelas que garantem não apenas a conservação ambiental, mas também a participação ativa dos comunitários, por meio de processos comunicativos claros e contínuos que valorizem os saberes locais e promovam a corresponsabilidade na gestão do território.

Os dados do gráfico reforçam, portanto, a importância de aprimorar os canais de diálogo entre órgãos gestores e comunidades, de forma que os planos de manejo não se tornem documentos formais sem efetividade prática, mas instrumentos vivos e participativos, capazes de promover transformação socioambiental de fato.

No Gráfico 16B, referente à Comunidade Tumbira, observa-se um cenário distinto em relação à Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Gráfico 16A). Enquanto naquela apenas 30% dos participantes afirmaram que os planos de manejo estão sendo efetivos, na Tumbira esse percentual sobe para 45%, o que representa uma percepção mais otimista por parte dos moradores. Já 32% indicam que os planos não estão sendo efetivos, e 23% dizem não saber.

Essa diferença entre as comunidades pode estar associada ao grau de envolvimento local nos processos de elaboração e execução dos planos. Como destacam Oliveira (2023) e Medeiros et al. (2022), a participação ativa dos moradores e a inclusão dos aspectos socioambientais locais são fundamentais para o sucesso dos planos de manejo. O fato de quase metade dos entrevistados na Tumbira avaliarem positivamente as ações pode indicar uma maior presença de iniciativas práticas e comunicativas voltadas à gestão dos recursos florestais.

No entanto, os 32% que consideram os planos inefetivos e os 23% que não souberam responder apontam para lacunas ainda existentes. Ferreira et al. (2010) reforçam que o êxito dos planos depende de uma comunicação clara e de uma gestão verdadeiramente participativa. A ausência de informações e de resultados concretos pode gerar desinformação e desinteresse da população, mesmo quando os planos existem formalmente.

Dessa forma, ainda que a Tumbira apresente uma percepção levemente mais favorável, os dados evidenciam que há espaço significativo para melhorias. Investir em estratégias de monitoramento contínuo, capacitação local e maior diálogo entre instituições gestoras e as

comunidades pode ampliar os efeitos positivos do manejo florestal, consolidando-o como uma ferramenta efetiva de sustentabilidade.

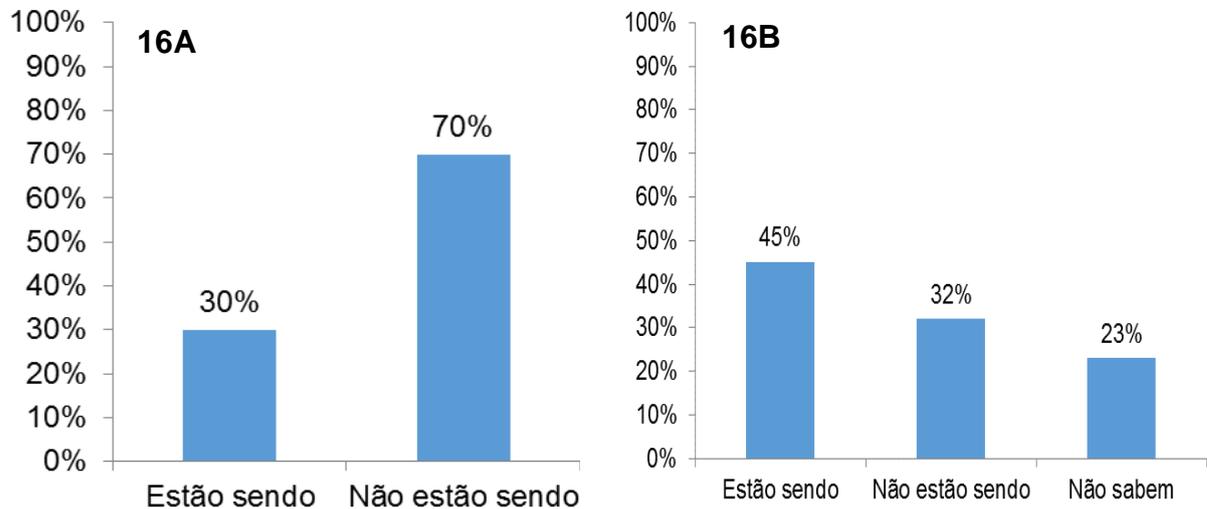


Figura 17: Percepção dos comunitários sobre a efetividade na execução dos planos de manejo florestal. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.10 RESULTADOS DA MATRIZ DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES

No que diz respeito aos recursos hídricos, Tumbira e NSRA implementam medidas para salvaguardar os rios e assegurar a qualidade da água. Tumbira é notável pela recolha de resíduos e gestão de derramamentos de óleo a NSRA concentra-se na sensibilização acerca do lixo nos rios, na proteção das nascentes e na utilização de cloro supervisionado. Os dois casos demonstram um interesse na sustentabilidade da água, mesmo que em contextos e com práticas distintas.

Em termos sociais, ambas as comunidades têm uma perspectiva de inclusão e fortalecimento dos vínculos comunitários. Tumbira incentiva atividades coletivas, como competições e eventos intercomunitários, com o objetivo de apreciar a diversidade e promover a troca de saberes. NSRA também realiza ações coletivas, como mutirões de limpeza, encontros, eventos religiosos e esportivos, priorizando o envolvimento ativo e a criação de um ambiente de colaboração e solidariedade.

Em síntese, as duas matrizes demonstram um forte compromisso com a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o reforço dos vínculos comunitários,

mesmo que cada comunidade adote práticas diferentes, ajustadas às suas circunstâncias locais. A partilha de vivências entre essas comunidades pode resultar em novas perspectivas para a melhoria das práticas de preservação e desenvolvimento sustentável.

Tabela 1 – Resultados da Matriz de Conservação ambiental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

TERRAS	ÁGUAS	FLORESTAS	PESSOAS
Compostagem	Não jogar lixo	Evitar o desmatamento	Reunião
Rotação (Roça)	Evitar o desperdício	Guardar sementes	Religião
Adubo	Cuidar das nascentes	Replanteio	Festa da Comunidade
	Uso do cloro	Ecoturismo	Mutirões
		Enriquecimento de florestas	Transparência
			Esporte
			Bingo
			Saúde
			Educação

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Tabela 2- Resultados da Matriz de Conservação ambiental Comunidade Tumbira

TERRAS	ÁGUAS	FLORESTAS	PESSOAS
Não uso de agrotóxicos	Não jogar lixo nos rios	Reposição de espécies retiradas	Respeitar as diferenças
Adubação natural	Coleta dos resíduos	Evitar o desmatamento	Participar de atividades esportivas em comunidades vizinhas
Evitar derrubar a mata ciliar	Evitar derramamento de óleo de embarcações	Conservação das espécies	
Plantio de árvores	Não derrubar árvores ciliares	Bom uso dos recursos naturais	Comunicação entre as pessoas
Uso consciente dos espaços	Conservação das nascentes		Partilhar conhecimentos e ideias

Auxiliar nas
necessidades do
próximo

Defender o uso dos
direitos aos recursos
naturais frente aos
órgãos ambientais

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

7.11 ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS COMUNITÁRIOS: PROPOSTAS E SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS

A Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro possui um grande potencial para aumentar sua renda por meio de diversas iniciativas sustentáveis. A diversificação da produção agrícola e florestal se destaca como uma das principais alternativas. O cultivo de frutíferas como açaí (*Euterpe oleracea*), maracujá (*Passiflora edulis*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), manga (*Mangifera indica*), cacau (*Theobroma cacao*), laranja (*Citrus sinensis*), guaraná (*Paullinia cupana*) e graviola (*Annona muricata*) pode fortalecer a economia local, especialmente por meio da venda de polpas, óleos e farinhas. Além disso, o cultivo de espécies agrícolas como mandioca (*Manihot esculenta*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), milho (*Zea mays*), melancia (*Citrullus lanatus*) e hortaliças, como o cheiro-verde (*Allium fistulosum* e *Petroselinum crispum*), pode garantir a segurança alimentar e gerar novas fontes de renda.

Iniciativas como a criação de uma horta comunitária com plantas medicinais e alimentícias, voltadas para o mercado turístico, podem ampliar a oferta de produtos locais. A meliponicultura, com a instalação de um meliponário, e a promoção de espaços como orquidários e lojas de artesanato também são opções para atrair mais turistas. A criação de aves como pato e galinha, além do cultivo de hortaliças, contribuiria para a geração de alimentos e a diversificação das fontes de renda.

A Comunidade também pode se beneficiar de cursos profissionalizantes em áreas como manejo de espécies, agricultura, fruticultura e idiomas, que poderiam qualificar a população local e aumentar a produção. O financiamento bancário poderia apoiar o cultivo de frutas como limão (*Citrus limon*), banana (*Musa spp.*) e laranja (*Citrus sinensis*), enquanto o manejo sustentável de espécies nativas como andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera spp.*) garantiria a exploração responsável dos recursos naturais.

Na comunidade Tumbira, as alternativas para aumentar a renda envolvem tanto o cultivo de diversas espécies, como mandioca (*Manihot esculenta*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), tangerina (*Citrus reticulata*), banana (*Musa spp.*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açai (*Euterpe oleracea*), abacaxi (*Ananas comosus*), cacau (*Theobroma cacao*), pitomba (*Talisia esculenta*), abacate (*Persea americana*), jambo (*Syzygium malaccense*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), uxi-liso (*Endopleura uchi*), quanto o aproveitamento de plantas oleaginosas e medicinais, como copaíba (*Copaifera spp.*), andiroba (*Carapa guianensis*) e puxuri (*Brosimum parinarioides*). Esses produtos possuem grande potencial comercial, com destaque para os óleos, que são muito procurados na indústria cosmética e farmacêutica.

Além disso, iniciativas como a criação de peixes em viveiros, a instalação de uma fábrica de gelo e o comércio de artesanato e alimentos processados, como sucos e geleias, podem gerar novas fontes de renda. O uso sustentável da bioeconomia também é uma alternativa importante, promovendo a extração de óleos e outros produtos naturais sem comprometer o meio ambiente. A melhoria das infraestruturas turísticas, como trilhas e instalações de hospedagem, e o aprimoramento da oferta de serviços turísticos, como passeios guiados, podem atrair mais visitantes e gerar uma maior demanda por serviços de alimentação e hospedagem.

7.12 MUDANÇAS NA FAUNA E FLORA: ESPÉCIES COMUNS NO PASSADO E SUA ESCASSEZ ATUAL

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a falta de várias espécies de animais e vegetais, que antes eram abundantes, é um sinal das transformações ambientais, como a caça, o desmatamento e as mudanças nos ecossistemas. Seres como o macaco-prego (*Sapajus spp.*), a anta (*Tapirus terrestris*), a paca (*Cuniculus paca*), além de diversas espécies de aves e répteis, estão se tornando cada vez mais raros. A queda também impacta espécies vegetais como a castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a seringueira (*Hevea brasiliensis*), exigindo estratégias de preservação e gestão sustentável.

Na Comunidade Tumbira, o cenário é parecido, com a redução de espécies como a anta (*Tapirus terrestris*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e o porcão (*Tayassu pecari*). Isso está ligado à deterioração do meio ambiente e a práticas predatórias como o desmatamento, a caça ilegal e a agricultura. Peixes, como o tucunaré (*Cichla ocellaris*) e o jaraqui (*Semaprochilodus spp.*) também está em declínio, afetando negativamente a sobrevivência da comunidade local. Ademais, a extinção de espécies como a itaúba (*Handroanthus*

impetiginosus (Mart. ex DC.) Mattos) e o angelim (*Dinizia excelsa*) afeta tanto o ambiente quanto a economia da região.

A diminuição dessas espécies, de grande relevância ecológica, cultural e econômica, enfatiza a importância de estratégias de preservação para assegurar a biodiversidade e o bem-estar das comunidades, garantindo fontes de sustento e recursos naturais duráveis.

7.13. ESPÉCIES EXISTENTES NAS COMUNIDADES E SEUS USOS

No que diz respeito à socialização, ambas as comunidades possuem uma visão de inclusão e fortalecimento dos laços comunitários. As comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro utilizam os recursos florestais de forma sustentável para a alimentação, produção de artesanato, medicina e construção. As duas espécies têm algumas espécies em comum, como o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e o açaí (*Euterpe oleracea*), usados tanto na alimentação quanto na produção de artesanato. No entanto, há variações nas espécies coletadas e seus usos. Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*) são valorizados para uso alimentar, enquanto a copaíba (*Copaifera* spp.) é utilizada para propósitos terapêuticos. Os viveiros de orquídeas apresentam plantas ornamentais, como *Katacetra* e *klateia*, para demonstração. No contexto social, as duas comunidades possuem uma visão de inclusão e fortalecimento dos vínculos com a comunidade. Tumbira se alimenta principalmente de tucumã e açaí, mas também consome espécies como cacau-do-mato (*Theobroma speciosum*) e bacaba (*Oenocarpus bacaba*). É frequente o emprego de madeiras de espécies como angelim (*Hymenolobium* spp.) e cumaru (*Dipteryx odorata*) na construção. Também é notável o uso medicinal de plantas, como a saracura-mirá. As principais discrepâncias entre as comunidades estão no uso mais intenso de madeira na Tumbira, usada para construção, e no foco da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em plantas ornamentais. Estes desvios refletem variadas práticas culturais e a administração local da biodiversidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo abordou as formas sustentáveis de manejo e preservação ambiental e territorial, explorando práticas que não apenas protejam os ecossistemas, mas também promovam o uso racional e equilibrado dos recursos naturais. O manejo sustentável é fundamental para garantir a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades locais, principalmente em regiões de alta biodiversidade como a Amazônia, onde o equilíbrio entre as necessidades socioeconômicas e a conservação ambiental é particularmente desafiador.

As práticas sustentáveis discutidas neste capítulo demonstraram que a gestão territorial, quando bem executada, pode ser uma poderosa ferramenta para promover a preservação ambiental sem comprometer as atividades produtivas. O uso responsável dos recursos naturais, aliado ao conhecimento tradicional das comunidades locais, é essencial para desenvolver estratégias que atendam tanto às necessidades econômicas das populações quanto à preservação dos ecossistemas. Nesse sentido, o manejo sustentável deve ser flexível e adaptado às realidades locais, respeitando as especificidades dos ecossistemas e das culturas envolvidas.

A implementação de políticas públicas e a colaboração entre diferentes atores sociais, como comunidades locais, ONGs, governos e empresas, é crucial para garantir que as práticas de manejo sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo. Estratégias de preservação, como a criação de áreas protegidas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis, como agroecologia e ecoturismo, devem ser fortalecidas e adaptadas às necessidades e desafios específicos de cada território.

Além disso, é fundamental investir na educação ambiental e na capacitação das populações locais, garantindo que elas possam se tornar protagonistas na gestão de seus territórios e na implementação de práticas que favoreçam a sustentabilidade. A participação ativa das comunidades na tomada de decisões relacionadas ao uso dos recursos naturais é essencial para o sucesso de qualquer estratégia de manejo e preservação.

Por fim, a análise das formas sustentáveis de manejo e preservação ambiental e territorial neste capítulo reafirma a importância de uma abordagem integrada e holística, que combine a conservação dos ecossistemas com o desenvolvimento sustentável das comunidades. Apenas por meio dessa integração será possível alcançar um equilíbrio entre as demandas humanas e a proteção do meio ambiente, assegurando a sustentabilidade a longo prazo tanto para os ecossistemas quanto para as populações que dependem deles.

As práticas sustentáveis de manejo e preservação ambiental e territorial identificadas na RDS Rio Negro demonstram como o uso dos recursos naturais está diretamente ligado ao conhecimento tradicional, à organização comunitária e ao suporte institucional. Essas experiências reforçam a importância de integrar conservação e sustentabilidade nas dinâmicas locais. A partir desse entendimento, o capítulo seguinte analisa a gestão territorial e as potencialidades ambientais sustentáveis da RDS, destacando como essas estratégias podem fortalecer o desenvolvimento local aliado à proteção dos ecossistemas.

9 CAPÍTULO 3- GESTÃO TERRITORIAL E POTENCIALIDADES AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS NA RDS DO RIO NEGRO

9.1 INTRODUÇÃO

Em termos sociais, ambas as comunidades têm uma perspectiva de inclusão e fortalecimento dos vínculos comunitários. Na comunidade Tumbira, além do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e do açaí (*Euterpe oleracea*), espécies como o cacau (*Theobroma cacao*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) são essenciais para promover um equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o progresso das comunidades locais. Conforme ressaltado por Diegues (2013), a administração de áreas protegidas precisa ser planejada de maneira colaborativa, considerando as particularidades culturais, sociais e ambientais das comunidades que residem nessas áreas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, situada na Amazônia brasileira, atende a esse requisito, pois abriga uma vasta biodiversidade e comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência.

O grande desafio da RDS do Rio Negro é equilibrar a conservação ambiental com a necessidade de gerar renda para as comunidades locais. Segundo Maretti et al. (2015), a utilização sustentável de recursos naturais, incluindo a prática do extrativismo e do ecoturismo, pode ser uma estratégia eficaz para viabilizar essa conciliação, respeitando os limites do meio ambiente e fomentando a inclusão social. A RDS do Rio Negro se destaca como um local com grande potencial para a implementação de atividades sustentáveis, tais como o manejo florestal comunitário e a agricultura de baixo impacto, que não só asseguram a conservação dos recursos naturais, mas também contribuem para a segurança alimentar das comunidades e criam oportunidades de trabalho e geração de renda.

Contudo, conforme destaca Ruffino (2012), as estratégias de gestão territorial devem considerar as características ecológicas locais e a complexidade do ecossistema amazônico. A diversidade de espécies e a importância dos ecossistemas aquáticos e florestais da RDS do Rio Negro exigem uma abordagem cuidadosa, que inclua tanto o conhecimento científico quanto os saberes tradicionais das comunidades locais. A gestão integrada deve incentivar o desenvolvimento de soluções que atendam às demandas das comunidades sem comprometer a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Além disso, o envolvimento direto das comunidades locais na gestão da RDS é fundamental para o sucesso de qualquer política pública voltada à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Veríssimo (2016) destaca que a participação das comunidades

tradicionais nos processos decisórios fortalece os saberes locais e amplia o sentimento de pertencimento e a responsabilidade coletiva, elementos essenciais para garantir a efetividade da gestão territorial. Nesse contexto, é indispensável fortalecer as lideranças locais e estimular a participação ativa das comunidades no planejamento e na implementação de projetos.

A viabilidade da RDS do Rio Negro está diretamente relacionada à capacidade de conciliar a preservação ambiental com a promoção de práticas socioeconômicas sustentáveis que respeitem os limites naturais da região. A implementação de atividades produtivas sustentáveis, a conservação da biodiversidade e a valorização do conhecimento tradicional devem estar alinhadas para garantir que as futuras gerações possam continuar usufruindo dos benefícios que essa região oferece (Góes & Siqueira, 2019; Diegues, 2000). Dessa forma, a gestão territorial da RDS do Rio Negro deve seguir um modelo integrado e participativo, assegurando a inclusão de todos os atores envolvidos (Melo & Silva, 2018; Maretti, 2006).

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 65% dos participantes não notaram a condição em estudo, enquanto 35% a identificaram, sugerindo que a maioria não vê a questão como relevante. Em Tumbira, todos os envolvidos reconheceram a condição, indicando sua relevância universal. Para análises mais acuradas, é crucial entender o cenário da condição, o perfil dos participantes e as metas do estudo. Pesquisas como a realizada por Corrêa et al. (2022) ressaltam que a percepção do meio ambiente pode ser moldada por elementos socioeconômicos e culturais, impactando a sensibilização e o envolvimento da comunidade em assuntos ambientais.

9.2 O CONHECIMENTO DO PLANO DE GESTÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO TERRITORIAL

O nível de conhecimento dos moradores sobre o plano de manejo de áreas de conservação é um fator essencial para a aplicação de políticas de manejo sustentável. O gráfico 17, que investiga o grau de conhecimento dos moradores sobre o plano de manejo, sugere que muitos ainda desconhecem as especificidades do plano, o que pode resultar em práticas não alinhadas aos objetivos de conservação. De acordo com Costa et al. (2021), o envolvimento das comunidades no planejamento e implementação do manejo florestal tem se mostrado crucial para garantir que as atividades sejam executadas de forma eficaz e que as comunidades locais possam, de fato, colaborar na gestão do território.

Na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 50% dos entrevistados possuem "pouco" conhecimento sobre o tema, enquanto 41% têm "razoável" conhecimento e 9% não

possuem conhecimento algum. Isso aponta para uma compreensão básica, com necessidade de mais informações ou treinamentos. Já em Tumbira, o conhecimento é mais equilibrado: 30% têm "muito" conhecimento, 30% têm "pouco", 20% têm "razoável" e 20% não têm conhecimento algum. Essa divisão nos níveis de conhecimento sugere a necessidade de estratégias de comunicação e treinamento mais adaptadas às diferentes realidades locais Becker et al. (2011).

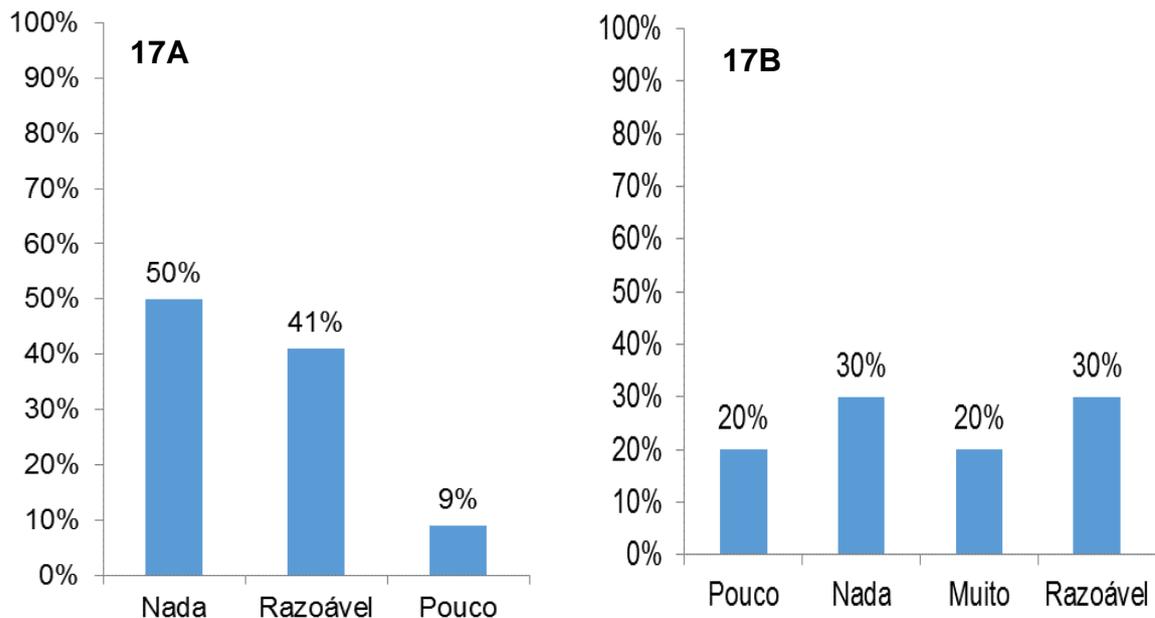


Figura 18: Quanto ao entendimento e acesso ao plano de gestão da Unidade de Conservação.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

9.3 PERCEPÇÃO SOBRE A PERTENÇA À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A percepção dos moradores sobre ser parte de uma Unidade de Conservação (UC) é variável, influenciada tanto pelas restrições quanto pelos benefícios percebidos. O gráfico 18A aponta que, embora haja reconhecimento do valor ambiental da UC, alguns moradores demonstram preocupação com as limitações impostas. Como apontado por Oliveira e Santos (2020), o modelo de gestão participativa, onde as comunidades locais são protagonistas no processo decisório, tem se mostrado uma alternativa para equilibrar a conservação com as necessidades socioeconômicas das populações.

A pesquisa revelou que 87% dos entrevistados têm uma opinião positiva sobre morar em uma Unidade de Conservação (UC), indicando reconhecimento dos benefícios desse ambiente protegido. A minoria (13%) considera que "não faz diferença", sugerindo indiferença ou falta de percepção sobre as vantagens de viver em uma UC.

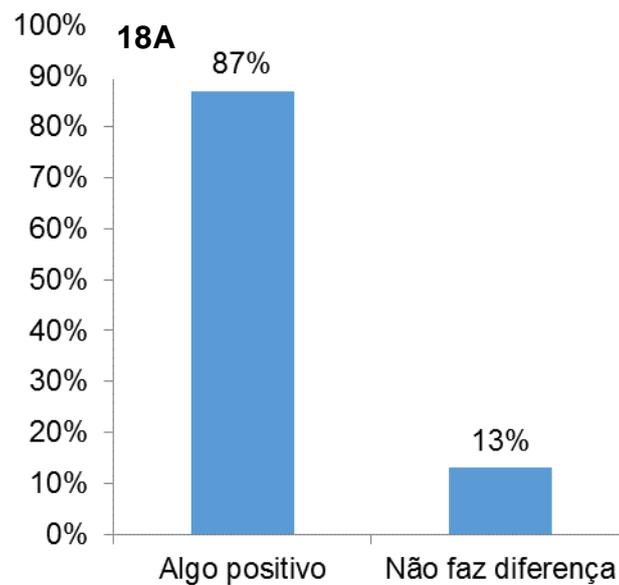


Figura 19: Opiniões dos moradores acerca da condição de residirem em uma Unidade de Conservação (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

9.4 CONFLITOS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES

O Gráfico 19A mostra que os principais conflitos na comunidade estão ligados à política partidária (31%), seguidos por categorias “outros” (20%) e “não sabem” (17%). Os conflitos fundiários aparecem com 15%, enquanto pesca em lagos e rios representa 12% e recursos florestais madeireiros, 6%. Esses dados indicam que os conflitos ultrapassam questões ambientais, abrangendo disputas por poder, acesso à terra e uso dos recursos naturais. Conforme Ramos et al. (2023), a mediação comunitária e o diálogo entre as partes são fundamentais para resolver esses impasses. Barros et al. (2010) também reforçam a importância de uma gestão territorial integrada e de políticas públicas eficazes para promover a justiça social e a sustentabilidade.

O Gráfico 19B revela que os principais conflitos enfrentados pela comunidade estão relacionados à pesca em lagos e rios (25%) e ao uso de recursos florestais madeireiros (25%), evidenciando disputas ligadas ao acesso e manejo dos recursos naturais. Em seguida, aparecem os conflitos fundiários (16%), indicando a presença de tensões sobre o uso e a posse da terra. As demais categorias — conflitos políticos partidários, recursos florestais não madeireiros, “outros” e “não sabem” — representam cada uma 8% das respostas. Esses dados mostram que os conflitos nessa comunidade estão mais associados ao cotidiano das atividades produtivas.

Assim como apontam Ramos et al. (2023), a construção de soluções passa pela

mediação local e pelo fortalecimento da governança. Barros et al. (2010) também reforçam que políticas públicas integradas são essenciais para reduzir as disputas e promover o desenvolvimento sustentável.

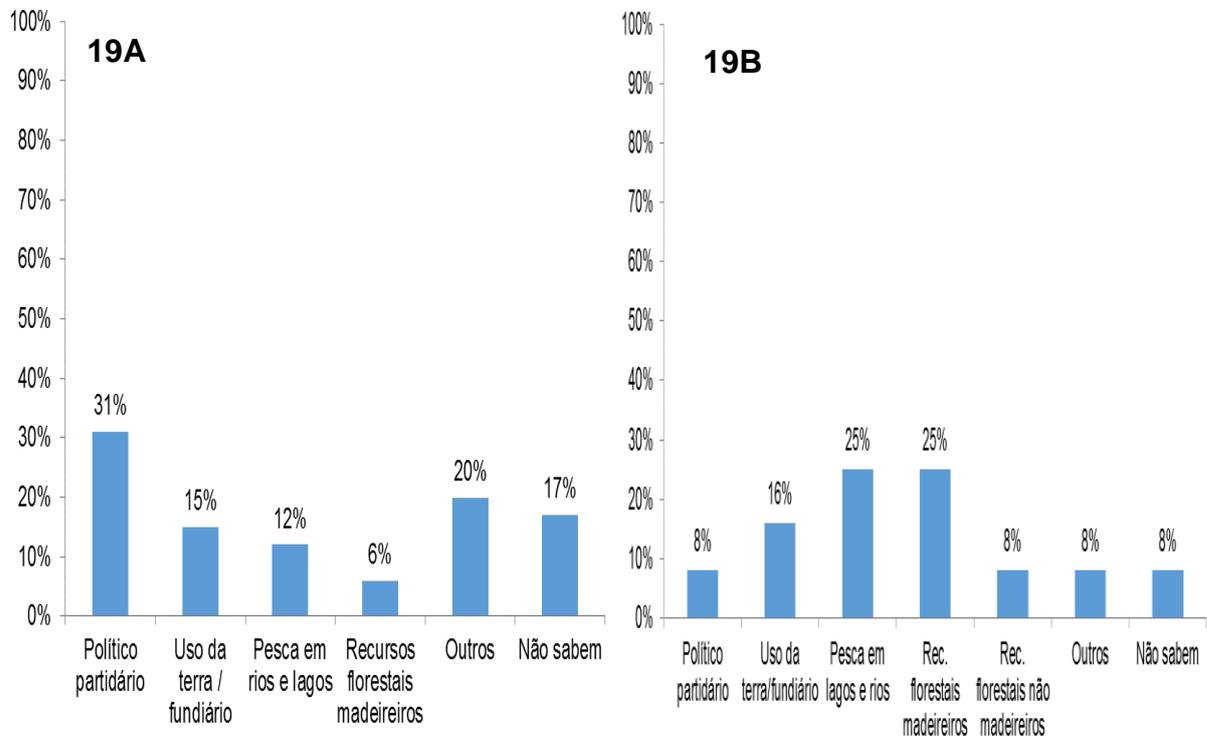


Figura 20: Principais causas de conflitos identificadas nas comunidades analisadas. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

9.5 MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Em comunidades como Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira, observa-se o envolvimento direto dos moradores na resolução de conflitos relacionados às Unidades de Conservação (UCs). Conforme apresentado no Gráfico 20A, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 52% da população opta por denunciar comportamentos inadequados de indivíduos externos, o que evidencia uma postura ativa diante das irregularidades. Outros 39% preferem dialogar com os responsáveis, buscando alertá-los sobre as consequências de suas ações. Apenas 9% afirmaram não tomar nenhuma atitude, o que pode indicar desconhecimento dos canais de denúncia, receio de retaliações ou sensação de impotência. De acordo com Ramos et al. (2023), a criação de espaços de diálogo e o fortalecimento da governança compartilhada são essenciais para a resolução de conflitos territoriais, especialmente em contextos onde a participação comunitária é fundamental para a gestão sustentável das áreas protegidas.

O Gráfico 20B revela que, na Comunidade Tumbira, a maioria expressiva dos moradores (80%) opta por resolver conflitos por meio do diálogo. Apenas 10% recorrem à denúncia, e outros 10% não tomam nenhuma atitude diante de comportamentos considerados inadequados. Esse resultado evidencia uma cultura comunitária baseada na comunicação direta e na tentativa de resolução pacífica das tensões.

De acordo com Diegues (1998), as populações tradicionais possuem formas próprias de organização social e manejo de conflitos, que valorizam o consenso e a construção coletiva de soluções. A predominância do diálogo na Tumbira confirma essa perspectiva e ressalta a importância de fortalecer os espaços comunitários como instrumentos legítimos de governança e mediação.

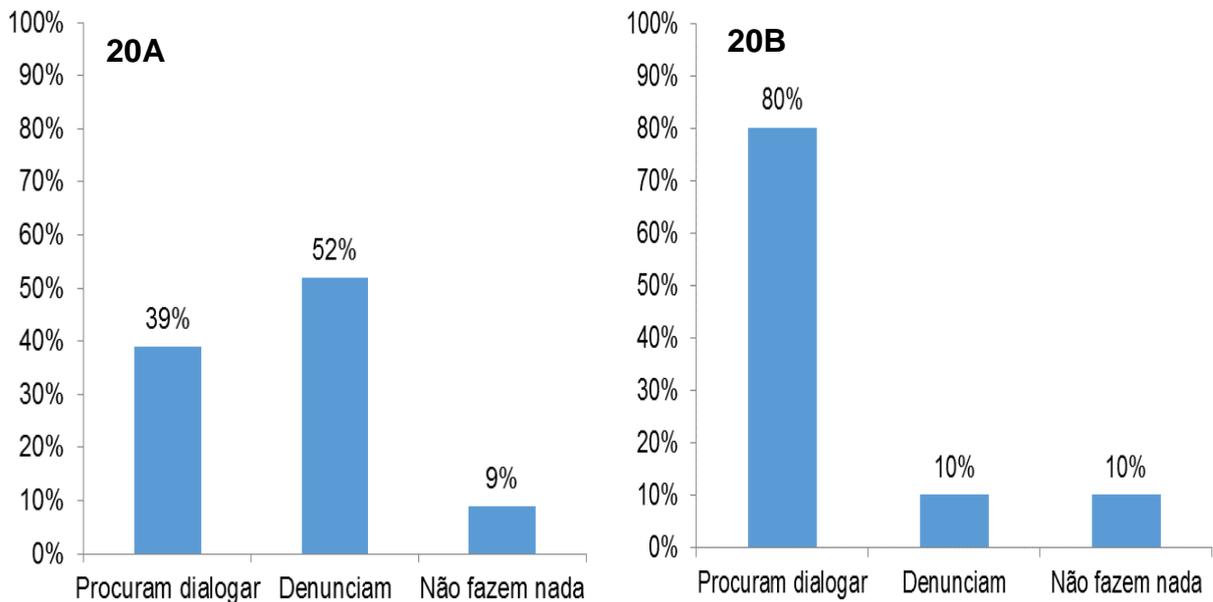


Figura 21: Estratégias para Resolução de Conflitos (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

9.6 POTENCIAL DE PRODUTOS PARA O MERCADO EXTERNO

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro apresenta um expressivo potencial para a inserção de produtos sustentáveis no mercado externo. Entre os destaques estão os frutos da biodiversidade local, produtos extrativistas e madeira oriunda de manejo florestal sustentável. O Gráfico 21A evidencia essa tendência ao apontar itens como artesanato (34%), doces e frutos regionais (29%) e biojoias (26%) como os produtos com maior destaque na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (NSRA). A madeira, por sua

vez, representa apenas 3%, o que pode indicar uma maior sensibilização local quanto à exploração sustentável dos recursos florestais.

De acordo com Silva et al. (2021), o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis é fundamental para garantir a viabilidade econômica e a autonomia das comunidades que habitam áreas protegidas. Nesse sentido, os dados revelam que a população da NSRA tem valorizado produtos de maior valor agregado e menor impacto ambiental, como o artesanato e as biojoias, os quais refletem identidade cultural e respeito ao meio ambiente. Além disso, o percentual expressivo de doces e frutos demonstra o aproveitamento de recursos alimentares locais como alternativa viável de geração de renda.

Conforme Costa e Silva (2020), produtos que aliam originalidade, sustentabilidade e identidade regional tendem a conquistar nichos específicos no mercado externo, fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais. Assim, observa-se que a NSRA possui condições favoráveis para ampliar sua inserção em mercados diferenciados, a partir de práticas sustentáveis e da valorização de saberes locais.

Na Comunidade Tumbira, os dados representados pelo Gráfico 21B também demonstram um cenário promissor para a comercialização de produtos sustentáveis. O destaque novamente é o artesanato, apontado por 36% dos entrevistados como o principal produto com potencial para o mercado externo. Em seguida, aparecem as biojoias (23%) e os doces regionais (18%), evidenciando uma valorização de produtos com forte identidade cultural e apelo ambiental. A madeira, farinha e frutos obtiveram apenas 5% cada, o que reforça uma tendência semelhante à observada em NSRA, de menor ênfase em produtos com maior impacto ambiental.

Esse cenário revela um alinhamento entre as práticas locais e os princípios de sustentabilidade defendidos por Costa e Silva (2020), que destacam a importância de fomentar cadeias produtivas que conciliem conservação ambiental com geração de renda para populações tradicionais. Além disso, a diversidade de itens mencionados — que inclui desde alimentos a produtos artesanais — indica a existência de um portfólio variado que pode ser explorado com vistas à inserção em mercados diferenciados.

Assim como apontado por Silva et al. (2021), investir em estratégias que fortaleçam essas cadeias produtivas é essencial para ampliar a autonomia econômica das comunidades e reduzir a dependência de atividades predatórias. No caso de Tumbira, a predominância do artesanato e das biojoias revela um caminho promissor baseado na valorização do conhecimento local e na utilização sustentável dos recursos naturais da floresta.

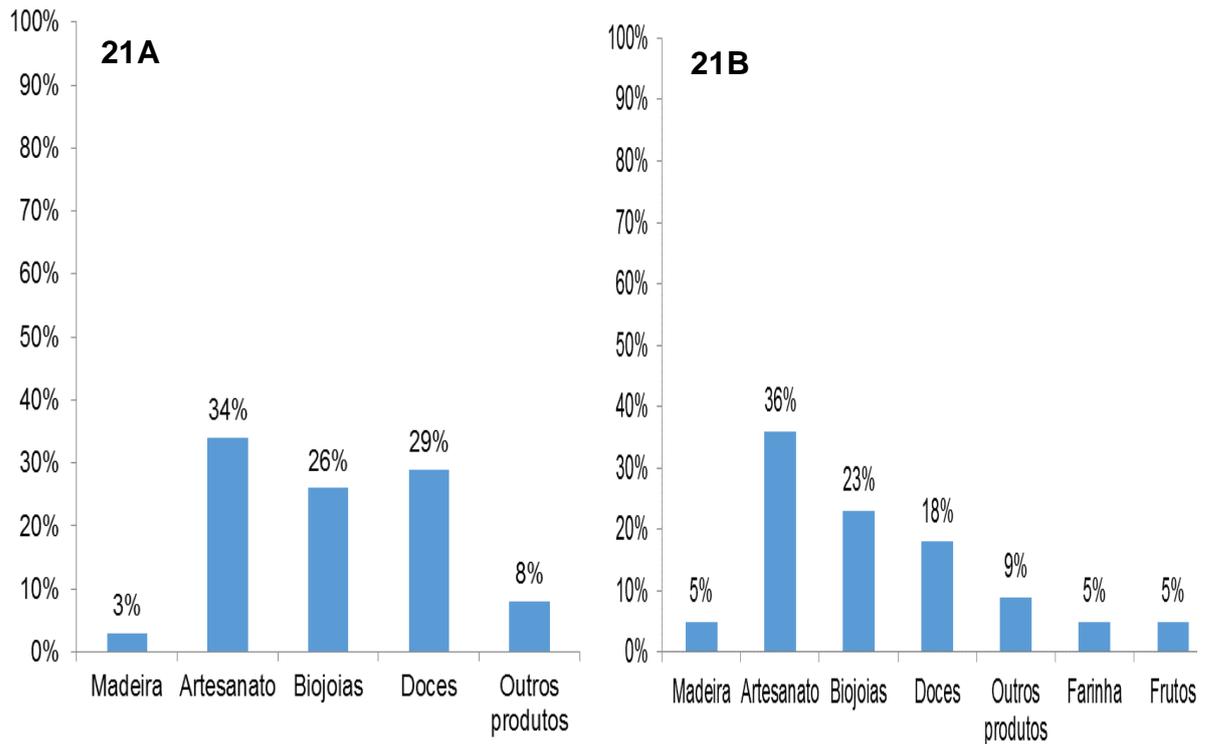


Figura 22: Produtos que poderiam ser destinados ao mercado externo. (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

9.7 FREQUÊNCIA DE REUNIÕES E GESTÃO PARTICIPATIVA

A frequência de reuniões e a participação ativa dos moradores na gestão de suas áreas de uso é crucial para o sucesso das políticas de conservação. O Gráfico 22, que investiga a frequência das reuniões comunitárias, mostra que há uma necessidade de maior engajamento e de fortalecimento dos canais de comunicação entre a gestão e as populações locais. Este ponto é discutido por Tavares et al. (2022), que enfatizam que a gestão participativa e a criação de instâncias regulares de diálogo são fundamentais para a construção de soluções conjuntas para a conservação e o manejo sustentável.

O Gráfico 22A revela um cenário positivo de participação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: 83% dos moradores afirmam participar das reuniões mensalmente e 9% semanalmente. Apenas 4% disseram que não há reuniões e outros 4% não souberam responder. Esses dados indicam uma prática consolidada de encontros regulares, o que fortalece a gestão participativa. Segundo Tavares et al. (2022), a regularidade do diálogo entre gestão e comunidade é essencial para a construção de soluções conjuntas. Gadotti (2017) também ressalta que a participação ativa contribui para a eficácia das políticas públicas e o fortalecimento da cidadania ecológica. Assim, os dados reforçam a importância das reuniões como instrumento central para o manejo sustentável e a conservação da área.

O Gráfico 22B, referente à comunidade Tumbira, apresenta um padrão de participação menos frequente nas reuniões comunitárias, com 50% dos moradores relatando que participam apenas anualmente. As demais categorias — que incluem participações às vezes, periodicamente, trimestralmente, bimestralmente e semestralmente — concentram 10% cada.

Esse cenário indica fragilidade na regularidade dos encontros, o que pode comprometer os canais de diálogo e o envolvimento comunitário na gestão da Unidade de Conservação. Conforme Tavares et al. (2022), a ausência de instâncias regulares de participação dificulta a construção de soluções coletivas e a corresponsabilidade nas ações de conservação. Gadotti (2017) também reforça que a participação efetiva e contínua da comunidade é fundamental para fortalecer a cidadania ecológica e garantir a sustentabilidade das políticas públicas. A baixa frequência de reuniões na comunidade Tumbira sinaliza a necessidade de estratégias que incentivem o engajamento e fortaleçam os mecanismos de gestão participativa.

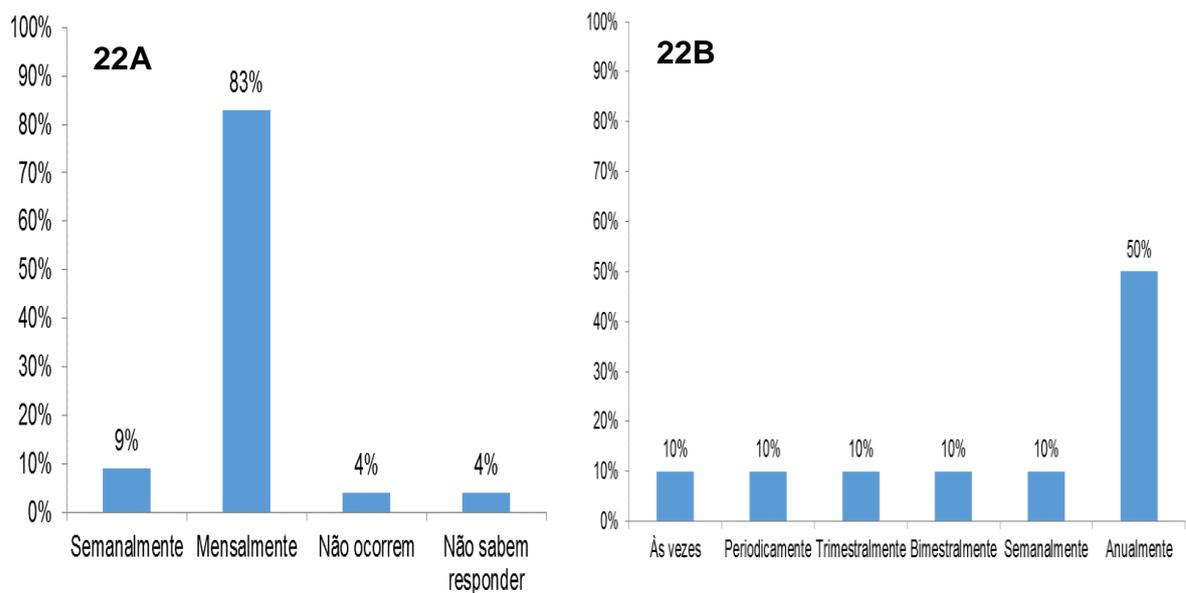


Figura 23: Frequência das reuniões comunitárias nas comunidades (A) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; (B) Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

9.8 ANÁLISE DOS POTENCIAIS ATRAVÉS DA MATRIZ DE POTENCIALIDADES E MATRIZ FOFA

A análise comparativa das matrizes FOFA das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (NSPS) e Tumbira revela tanto semelhanças quanto diferenças que podem orientar o desenvolvimento de estratégias específicas para cada contexto. Ambas as comunidades se destacam pela preservação ambiental, com o rio e a vegetação local como recursos importantes.

Tumbira, porém, se sobressai por seu reconhecimento mundial em bioeconomia e sustentabilidade, sendo um modelo em turismo sustentável. Em NSPS, a infraestrutura básica, como postos de saúde e escolas, é um ponto forte que atende diretamente as necessidades da comunidade.

Tabela 3 – Análise SWOT da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

COMUNIDADE NOSSA SENHORA

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Posto e Saúde; Escola; Rio	Boa educação	Tratamento de esgoto	Drogas
Ar puro	Criação de uma UPA	Muito cachorro	Poluição, Desmatamento
Turismo	Igreja; Praça	Iluminação no porto	Tráfico de animais
Plantas	Novo posto de Saúde	Falta de praça	Ameaças Violências
Famílias	Novos empregos	Lixeira coletiva	Pesca predatória
		Reforma da Ponte	Caça predatória
Mais esporte, mais lazer			
Atividades p/ idosos			

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Tabela 4 – Análise SWOT da Comunidade Tumbira

COMUNIDADE TUMBIRA

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
A comunidade é bem estruturada	Cursos Universitários	Oportunidade de empregos	Uso de drogas
Acesso e educação	Mercadinho	Visão do futuro	Uso descontrolado dos recursos naturais
Temos uma comunidade bem preservada	Busca de informações	Ociosidade	Crescimento da comunidade com pessoas de fora
O turismo	Cursos Técnicos	Falta de formação profissional	Uso irracional de recursos naturais
Tranquilidade e segurança	Mais empreendedores	Participação dos órgãos públicos	Perda de Valores humanos
Preservação da natureza	Profissionais formados	Falta de envolvimento dos comunitários	Influência de pessoas de fora para mudar o

			estilo de vida comunitário
Espaço para divulgação e oportunidade de fala, voz e representatividade fortalecida	Ter mais visão de futuro	Participação das pessoas nas reuniões	Turismo desordenado
Qualidade de vida	Uma farmácia local	Pessoas querem empregos	Maus hábitos urbanos
Comunidade reconhecida e conhecida mundialmente como referência de bioeconomia	Inclusão de pessoas		

Fonte: Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Quanto às oportunidades, as duas comunidades veem o fortalecimento da educação e o estímulo ao empreendedorismo local como formas de promover o desenvolvimento. Enquanto em NSPS há uma demanda por melhorias na infraestrutura de saúde e espaços públicos, como uma UPA e praças, Tumbira foca na capacitação profissional e na criação de empresas locais para impulsionar a economia.

No campo das fraquezas, ambas enfrentam desafios com a falta de infraestrutura e o baixo engajamento da comunidade nas iniciativas locais. Em NSPS, há problemas como saneamento básico e iluminação pública, enquanto em Tumbira, a falta de formação profissional e o desinteresse pela participação em eventos comunitários são pontos críticos.

As ameaças nas duas comunidades envolvem questões de desmatamento e poluição. Em Tumbira, a influência externa e o crescimento desordenado, como o turismo mal planejado, representam um risco para o estilo de vida local. Já em NSPS, a violência, o tráfico de drogas e a preservação da biodiversidade são preocupações mais prementes.

Figura 24. Aplicação prática da Matriz F.O.F.A (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) junto à comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Em resumo, tanto NSPS quanto Tumbira compartilham desafios relacionados à infraestrutura e à necessidade de educação e capacitação profissional. No entanto, Tumbira se destaca pela sua identidade comunitária e o foco na bioeconomia, enquanto NSPS necessita de melhorias estruturais mais imediatas e enfrenta ameaças internas, como a violência e a poluição. As estratégias de desenvolvimento devem, portanto, considerar essas particularidades, aproveitando os pontos fortes e abordando as fraquezas específicas de cada comunidade.

Tabela 3 – Espécies Nativas e Exóticas da Comunidade Tumbira

COMUNIDADE TUMBIRA

Espécies Nativas e Exóticas	Potencialidades	Parte das Plantas	Benefícios/Usos	Conservação
Castanheira	Alimento; Artesanato; Cosméticos	Fruto; Caule; Casca	Alimento; Artesanato	Preservar sem derrubar
Uxi Amarelo; Bacaba	Alimento; Medicinal; Artesanato	Casca; Folha; Semente; Fruto	Inflamações urinárias	Conscientização da preservação
Buriti; Amapá	Alimento; Artesanato; Cosméticos	Fruto; Semente; Casca	Combate a anemia, sabão	Fazer mudas com sementes
Crajurú	Alimento; Artesanato	Carne; Casco; Filé	implamações	Multiplicadores espécies, usando adubos

Tatu; Paca	Medicinal	Folha; Raiz	Alimento	Uso consciente como alimentação
Boldo	Medicinal	Folha; Raíz	Medicinal	Fazer mudas
Folha Grande	Alimento; Artesanato; Cosméticos	Folha; Raíz	Inflamações; cicatrizante	Fazer mudas
Capim Santo	Medicinal	Semente; Raíz	Gastrite; Inflamações	Fazer mudas
Ingá	Alimento	Fruto	Alimento	Plantar sementes
Copaíba	Medicinal	Folha; Raíz	Inflamações; Fermentos	Preservar sem derrubar

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Tabela 4 – Espécies Nativas e Exóticas da Comunidade Nossa Senhora

COMUNIDADE NOSSA SENHORA

Espécies Nativas e Exóticas	Potencialidades	Parte das Plantas	Benefícios/Usos	Conservação
Castanheira Nativa	Alimentício; Medicinal; Construção	Ouriço; Casca	Hepatite; Alergia	Não derrubar, respeito à legislação
Jatobá Nativa	Construção; Medicinal; Artesanato	Castanha; Madeira; Folha	Dor nos Rins; Hemorragia	Quintal
Uxi Amarelo Nativa	Medicinal; Artesanato; Movelaria	Amêndoa; Casca; Madeira; Semente	Alimento; Abuso; Brasa	Planta em vaso; Trocar a terra
Boldo Exótico	Medicinal; Cosmético	Óleo; Casca; Semente	Construir Casa; Xarope	Quintal; Adubo
Hortelãzinho Exótico	Medicinal; Espiritual	Semente; Casca	Cicatrizante; Repelente	Semeia; Cuidado com a retirada do óleo

Açaí Nativa	Medicinal	Óleo; Casca; Madeira	Perfume; Shampoo	Produzir Muda; Plantio
Andiroba Nativa	Cinzeiro; Artesanato	Folha; Folha	Cicatrizante; Alimento	Conscientização para não derrubar
Copaíba Nativa	Medicinal; Cosmético; Repelente	Folha; Folha	Cicatrizante; Queimadura	
Babosa Exótica	Alimentício; Medicinal; Cosmético	Fruto; Vassoura; Semente; Raiz; Casca	Cicatrizante; Ferimentos	
Arruda Exótica	Artesanato; Medicinal	Folha; Folha	Sinusite; Gripe	
Corama Exótica	Medicinal		Gases; Pressão Alta	
Carapanaúba Nativa	Medicinal		Anti- inflamatório	

Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Na análise dos usos das plantas nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Tumbira, observa-se uma integração significativa entre os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais. As plantas mencionadas desempenham um papel multifuncional, abrangendo alimentação, artesanato, cosméticos e medicina, com destaque para a utilização terapêutica de diversas espécies que atendem tanto às necessidades de saúde quanto aos aspectos culturais das comunidades.

A castanheira (*Bertholletia excelsa*), por exemplo, é empregada tanto como fonte alimentar quanto para a produção artesanal, evidenciando a adaptabilidade e a versatilidade dos recursos naturais na economia local. O uso medicinal também se faz presente, com plantas como o uxi amarelo (*Endopleura uchi*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), que são amplamente utilizadas no tratamento de inflamações urinárias. Outras espécies, como o capim santo (*Cymbopogon citratus*) e a copaíba (*Copaifera langsdorffii*), são valorizadas por suas propriedades medicinais, especificamente no tratamento de gastrites e ferimentos, respectivamente, o que ressalta o valor das plantas como recursos terapêuticos na medicina tradicional.

Figura 25. (A) Ouriços de castanha coletados no solo da floresta; (B) Árvore de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

A prática de utilização integral das plantas, por meio do aproveitamento de diferentes partes como folhas, frutos, caules, cascas e sementes, demonstra um modelo de aproveitamento sustentável e ecologicamente responsável. Tal abordagem minimiza o desperdício e assegura uma utilização balanceada dos recursos disponíveis. Ademais, o incentivo à multiplicação de mudas e à preservação das espécies sem a necessidade de desmatamento reflete uma consciência ambiental sólida, voltada para a sustentabilidade a longo prazo.

A ênfase nas ações de preservação e multiplicação de espécies é um indicativo claro de que as comunidades estão adotando práticas de manejo sustentável que visam não apenas o uso imediato dos recursos, mas também a manutenção da biodiversidade local. Nesse contexto, as práticas de plantio e o cultivo de mudas de diversas espécies vegetais constituem estratégias fundamentais para garantir a renovação e a continuidade dos recursos naturais utilizados, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da conscientização sobre a preservação ambiental.

9.9 DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS

Em NSRA, uma abordagem focada em práticas agrícolas diversificadas e no uso dos recursos naturais poderia ser muito benéfica. Iniciativas como a criação de hortas comunitárias com plantas medicinais e alimentícias, além da instalação de um meliponário para a produção de mel de abelha sem ferrão, poderiam gerar novas fontes de renda. A comercialização de

produtos como orquídeas e mudas, além da intensificação da agricultura com o cultivo de frutas como *Citrus limon* (limão), *Musa spp.* (banana) e *Citrus sinensis* (laranja), também surge como uma oportunidade de aumentar a renda. Além disso, o fortalecimento do turismo por meio da melhoria da infraestrutura e capacitação da comunidade poderia atrair mais visitantes, ampliando o mercado para os produtos locais.

Por outro lado, em Tumbira, a diversificação das atividades produtivas já está em andamento, com a exploração de diversas espécies como *Manihot esculenta* (mandioca), *Astrocaryum aculeatum* (tucumã), *Citrus reticulata* (tangerina), *Citrus sinensis* (laranja), *Musa spp.* (banana), *Ananas comosus* (abacaxi), *Theobroma grandiflorum* (cupuçu), *Theobroma cacao* (cacaueiro), *Talisia esculenta* (pitomba), *Persea americana* (abacate), *Syzygium jambos* (jambo), *Oenocarpus bacaba* (bacaba) e *Endopleura uchi* (uxi-liso). Essas frutas possuem grande valor comercial, o que pode aumentar significativamente a renda dos moradores. Além disso, o uso de espécies como *Copaifera langsdorffii* (copaíba), *Carapa guianensis* (andiroba) e *Puxuri (Dipteryx odorata)* para a produção de óleos valiosos para a indústria cosmética e medicinal representa uma oportunidade de inserção no mercado global. A castanha, *Bertholletia excelsa* (castanheira-do-brasil), com suas amêndoas, também é uma fonte de renda importante, enquanto *Saccharum officinarum* (cana-de-açúcar) oferece potencial para a produção de sucos e melados.

9.10 PRODUTOS DERIVADOS DO MANEJO FLORESTAL

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (NSRA), a extração de novos produtos das espécies manejadas pode gerar fontes adicionais de renda e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Exemplos incluem a produção de sabonetes, esfoliantes, shampoos e repelentes a partir de ingredientes locais, como a castanha (*Bertholletia excelsa*) e o açaí (*Euterpe oleracea*). A paracanaúba (*Geissospermum vellosii*), por exemplo, pode ser utilizada no tratamento de malária, enquanto a folha de cará-jirú (*Mauritia flexuosa*) serve para tingir tecidos na cor vermelha, agregando valor à produção artesanal. A combinação de ambé (*Minuartia guianensis*), arumã (*Ischnosiphon arouma*) e buriti (*Mauritia flexuosa*) pode ser explorada na produção de artesanato, promovendo a economia local. A sucuba (*Caryocar villosum*) pode ser utilizada para a produção de ibuprofeno, ampliando a oferta de produtos medicinais, e o óleo de andiroba (*Carapa guianensis*), conhecido por suas propriedades terapêuticas, também se revela uma excelente opção para a fabricação de medicamentos e sabonetes. Essas alternativas não só diversificam as fontes de renda, mas também promovem o

uso sustentável da biodiversidade local.

Figura 26. (A) Manejo de frutíferas nativas na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, destacando práticas agroextrativistas sustentáveis; (B) Processamento de madeira na Comunidade Tumbira



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Na Comunidade Tumbira, o aproveitamento de novas possibilidades para a extração de produtos das espécies manejadas pode contribuir para alternativas econômicas sustentáveis. O cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) pode ser utilizado para a produção de geleias e cremes de pele, agregando valor à fruta. O buriti (*Mauritia flexuosa*) pode ser aproveitado para a extração de óleo, com aplicações em cosméticos e outros produtos de cuidado pessoal. Além disso, os cachos de bacaba (*Oenocarpus bacaba*) podem ser transformados em artesanato, promovendo a cultura local e gerando uma fonte de renda alternativa para a comunidade. Essas alternativas de aproveitamento das espécies podem contribuir para a diversificação econômica e o fortalecimento da sustentabilidade local.

9.11 IMPACTOS DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Após a criação da Unidade de Conservação (UC), os comunitários da NSRA perceberam várias melhorias, como a diminuição do desmatamento e a adoção de práticas mais sustentáveis, como a proteção das espécies e a redução da exploração madeireira, pesca predatória e caça ilegal. O turismo ganhou força, trazendo novas oportunidades econômicas. A conscientização

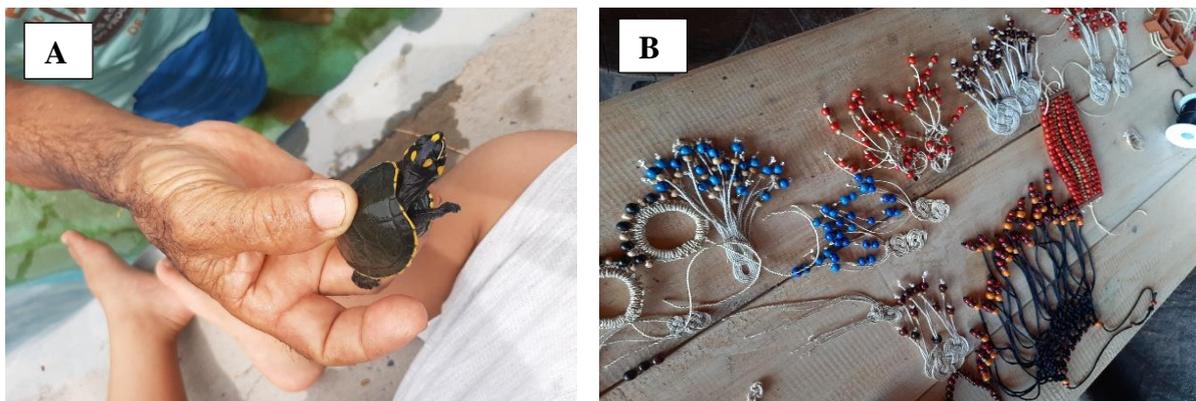
ambiental aumentou e a comunidade passou a adotar um modelo mais respeitoso com a natureza, refletindo no aumento da qualidade de vida e em melhorias na infraestrutura.

Na comunidade Tumbira, a criação da UC também trouxe benefícios, como o crescimento do turismo e a melhoria da infraestrutura, com energia elétrica e escolas. A FAS estabeleceu uma base, impulsionando a preservação e a bioeconomia, que substituiu a exploração madeireira. O controle sobre o uso dos recursos naturais e o turismo sustentável contribuíram para o desenvolvimento local e o fortalecimento da conservação ambiental.

9.12 TURISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Em NSRA, os turistas se atraem por uma variedade de atividades que incluem visitas às comunidades locais, oficinas de cosméticos, nadar com os botos, caminhadas pela floresta, pesca e visitas a casas de farinha e doces. O orquidário, as aldeias e ruínas do Ariaú, além das trilhas e passeios ao redor do lago, também são altamente procurados. O interesse dos turistas é principalmente em conhecer a cultura local, comprar artesanatos e vivenciar as lendas e histórias da região, com ênfase em experiências imersivas na vida cotidiana e na natureza.

Figura 27. (A) Berçário de quelônios, evidenciando ações de conservação e manejo comunitário; (B) Venda local de artesanatos



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 Org: Maia, 2024

Em Tumbira, as principais atrações turísticas são as trilhas, cachoeiras, praias, focagem de jacarés, observação de pássaros e canoagem. Os comunitários destacam as trilhas durante a cheia, focagem noturna e a infraestrutura da FAS como pontos fortes. Eles sugerem a exploração de locais como Anavilhanas e a vivência com a natureza para enriquecer a experiência turística. Os turistas buscam, principalmente, passeios, conhecer a cultura local,

realizar trilhas e focagem noturna, além de aproveitar a gastronomia e o artesanato. A oferta de hospedagem e alimentação também atrai os visitantes.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate apresentado neste capítulo permitiu uma análise aprofundada sobre a gestão territorial na RDS do Rio Negro, destacando as principais potencialidades ambientais sustentáveis que podem ser exploradas sem comprometer o equilíbrio ecológico da região. A partir da avaliação das práticas de manejo e das políticas implementadas, ficou evidente que a gestão territorial desempenha um papel central na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável da Unidade de Conservação.

Os dados analisados revelam que a gestão eficiente das áreas protegidas da RDS do Rio Negro é crucial para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e promover a integração das comunidades locais nas estratégias de conservação. A interação entre os diferentes agentes envolvidos, como as populações tradicionais, os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, é essencial para criar soluções adaptativas que atendam às necessidades socioambientais da região.

Além disso, as potencialidades ambientais sustentáveis identificadas, como a biodiversidade, os recursos hídricos e os sistemas produtivos tradicionais, são fundamentais para o fortalecimento da economia local, desde que seja garantida a implementação de práticas de manejo responsáveis. O uso sustentável desses recursos pode, assim, proporcionar não apenas benefícios econômicos, mas também contribuir para a preservação do patrimônio ambiental da RDS do Rio Negro.

Por fim, a continuidade das pesquisas e a adoção de estratégias mais integradas de gestão territorial são fundamentais para o fortalecimento da RDS do Rio Negro como um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. A implementação de ações inovadoras e participativas, aliadas ao monitoramento contínuo e à capacitação das comunidades locais, poderá contribuir significativamente para a promoção de uma gestão territorial mais eficiente, que combine conservação, desenvolvimento e justiça social.

11 CONCLUSÃO GERAL

A análise dos três capítulos revelou a complexidade e a riqueza socioterritorial da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, evidenciando a importância do fortalecimento das comunidades locais e da gestão sustentável do território para a conservação ambiental e o desenvolvimento regional. No primeiro capítulo, a identificação e caracterização dos atores sociais demonstraram como a diversidade de agentes — desde os moradores tradicionais até instituições governamentais e organizações sociais — interagem e influenciam as dinâmicas locais, moldando processos de governança e contribuindo para a resiliência das comunidades. A participação comunitária, o acesso a fontes de renda diversificadas e o papel das instituições externas foram destacados como fatores centrais para a manutenção dos modos de vida e a melhoria da qualidade de vida na região.

No segundo capítulo, foram exploradas as formas sustentáveis de manejo ambiental e territorial praticadas nas comunidades da RDS, evidenciando a integração dos saberes tradicionais com técnicas de manejo que preservam a biodiversidade e garantem a sustentabilidade dos recursos naturais. Essas práticas refletem a capacidade adaptativa das populações frente às pressões ambientais e econômicas, contribuindo para a conservação do ecossistema amazônico e para a continuidade dos processos socioculturais.

O terceiro capítulo abordou a gestão territorial e as potencialidades ambientais sustentáveis da RDS, mostrando que, apesar dos desafios enfrentados, há um considerável potencial produtivo baseado no extrativismo, turismo de base comunitária e outras atividades compatíveis com a conservação. A análise dos arranjos institucionais e das políticas públicas indicou a necessidade de maior integração entre os diversos atores e o aprimoramento das estratégias de gestão participativa para assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

Assim, os resultados integrados desses capítulos indicam que a conservação efetiva da RDS do Rio Negro depende da valorização das comunidades tradicionais como protagonistas da gestão territorial, do fortalecimento das redes sociais e institucionais e do desenvolvimento de práticas sustentáveis que conciliem proteção ambiental e qualidade de vida. Esse trabalho contribui para a atualização e aprofundamento do conhecimento sobre a RDS, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento dos processos de governança socioambiental na Amazônia.

12 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L.; PEREIRA, J. S.; SOARES, F. R. A adoção de tecnologias sustentáveis em comunidades rurais: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Tecnologias Rurais**, v. 20, n. 4, p. 75-89, 2015.

ALMEIDA, A. M. et al. Práticas de subsistência e mudanças no uso da terra em comunidades amazônicas: implicações para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, v. 18, n. 2, p. 34-50, 2012.

ALMEIDA, A. S.; SILVA, L. D. da; SANTOS, E. M. dos. Mudanças nos hábitos agrícolas e suas implicações para o manejo sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 1, p. 45-59, 2012.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”: terras tradicionalmente ocupadas e democracia no Brasil**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. p. 17-50.

ALMEIDA, P. F.; LEMOS, M. L. Tecnologias sociais e gestão ambiental: desafios e inovações no contexto amazônico. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 15, n. 3, p. 195-212, 2022. DOI: 10.1590/rbga.2022.0324.

BARBIER, E. B. *Nature, wealth, and sustainability: An interdisciplinary approach to natural resource management*. **Cambridge**: Cambridge University Press, 2014.

BARROS, L. G.; ALVES, C. F.; SOUZA, D. M. Manejo sustentável e práticas de uso do solo em unidades de conservação: O exemplo da RDS do Rio Negro. **Journal of Environmental Management**, 19(1), p. 100-115, 2021.

BECKER, B. K.; ALVES, D. P.; FONTES, M. A. de L. Gestão de recursos naturais e comunidades locais: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 4, p. 53-68, 2011.

BENATTI, José Heder. **Amazônia: usos da terra e gestão de florestas públicas**. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000.

CAPOBIANCO, João Paulo R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

CAPOBIANCO, João Paulo R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). **Agroecologia: Fundamentos e práticas**. Editora Universitária, UFPB.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Amazônia: o tempo da fronteira**. Belém: Paka-Tatu, 2012.
CORRÊA, A. C. de S.; LOBATO, A. A. C.; SIQUEIRA, C. P.; NASCIMENTO, P. L. P. do. Avaliação da percepção ambiental da comunidade rural de Tauari, Capanema - PA. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, e27640, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.27640.

COSTA, A. A.; SILVA, R. D. Potencial de mercado para produtos artesanais e naturais da Amazônia. **Revista Brasileira de Economia e Sustentabilidade**, v. 28, n. 3, p. 45-59, 2020.
Crivellaro, A. L. S., Chaves, M. A. S., Silva, E. L., & Vieira, J. C. (2008). **Conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais: A contribuição da agroecologia. Em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável** (pp. 79-102). Editora UFV.

CRIVELLARO, A. L. S.; CHAVES, M. A. S.; SILVA, E. L.; VIEIRA, J. C. **Conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais: A contribuição da agroecologia**. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, p. 79-102. Editora UFV, 2008.

CRIVELLARO, R. M.; BELLONI, J. A.; FERRAZ, A. C. O.; PRIMAVESI, O. **Manejo ecológico dos solos para a produção agroecológica**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

DIEGUES, A. C. **O conhecimento tradicional e o desenvolvimento sustentável nas Unidades de Conservação**. In: SUSTENTABILIDADE E BIODIVERSIDADE. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. p. 177-190.

DIEGUES, A. C. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP/NUPAUB/Centro de Culturas Marítimas, 1993.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

FEARNSIDE, Philip M. **A vulnerabilidade da floresta amazônica às mudanças climáticas**. In: FERRAZ, Cláudio; MELLO, Demétrio; RODRIGUES, Flavio. (Org.). **Amazônia sustentável: limites e possibilidades**. Brasília: IPEA, 2012. p. 201-222.

FEARNSIDE, Philip M. **A vulnerabilidade da floresta amazônica às mudanças climáticas**. In: FERRAZ, Cláudio; MELLO, Demétrio; RODRIGUES, Flavio (Org.). **Amazônia sustentável: limites e possibilidades**, p. 201-222. Brasília: IPEA, 2012.

FEIDEN, A. **Agricultura orgânica e agroecologia**. Rio de Janeiro: Embrapa Agrobiologia, 2005.
FEIDEN, A. **Agricultura orgânica e agroecologia**. Rio de Janeiro: Embrapa Agrobiologia, 2005.

Feiden, L. A. (2005). **A agroecologia e a agricultura sustentável: Reflexões e desafios para o desenvolvimento rural no Brasil**. Editora da UFSM.

FERREIRA, J. P.; SILVA, M. A.; PEREIRA, J. R. Gestão comunitária e o manejo florestal em áreas protegidas. **Revista de Gestão Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 207-219, 2010.

FIGUEIREDO, L. C. de; NOGUEIRA, D. A. L.; CARVALHO, M. A. S. Políticas públicas e o desenvolvimento local: uma análise das interações entre comunidades e instituições. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, p. 1119-1137, 2018.

GADOTTI, M. **Educação e sustentabilidade: o que temos a ver com isso?** São Paulo: Editora Cortez, 2017.

Gliessman, S. R. (2000). **Agroecology: Researching the ecological basis for sustainable agriculture**. CRC Press.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: Researching the ecological basis for sustainable agriculture**. 2nd ed. New York: Springer, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture**. Boca Raton: CRC Press, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture**. Boca Raton: CRC Press, 2000.

GÓES, J. R.; SIQUEIRA, P. A. Sociobiodiversidade e a promoção de práticas sustentáveis nas Unidades de Conservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 42, p. 53-66, 2019.

Guilhon, J. R. L., & Menezes, P. R. (2004). **Gestão de Unidades de Conservação e o desenvolvimento sustentável: O caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentável no Amazonas**. Em Unidades de Conservação: Teoria e Prática (pp. 147-162). Editora Nascimento.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LIMA, Jefferson Ferreira. **Políticas públicas e a gestão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

LIMA, Jefferson Ferreira. **Políticas públicas e a gestão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

LIMA, R. S.; SILVA, M. D.; COSTA, P. A. Percepções comunitárias sobre a gestão de recursos e melhorias locais em territórios rurais. **Revista de Desenvolvimento Sustentável**, v. 23, n. 1, p. 67-82, 2015.

MARETTI, C. **Governança ambiental e conservação da biodiversidade**. Brasília: WWF-Brasil, 2018.

MARETTI, C.; et al. **A utilização sustentável de recursos naturais: práticas de extrativismo e ecoturismo como estratégias de inclusão social na RDS do Rio Negro**. Brasília: Editora ABC, 2015.

MARETTI, Claudio C. **O papel das Unidades de Conservação na conservação da biodiversidade**. In: MARETTI, Claudio C. et al. (Org.). **Unidades de Conservação no Brasil: das ilhas à paisagem**. Brasília: MMA, 2006. p. 13-27.

MARETTI, Claudio C. **O papel das Unidades de Conservação na conservação da biodiversidade**. In: MARETTI, Claudio C. et al. (Org.). **Unidades de Conservação no Brasil: das ilhas à paisagem**, p. 13-27. Brasília: MMA, 2006.

Maringoni, G. B., & Pereira, J. G. (2003). **Riqueza e uso sustentável da flora amazônica: Perspectivas para o futuro**. Em *Amazônia: Dinâmicas de Conservação e Desenvolvimento Sustentável* (pp. 23-45). Editora da UFPA.

MEDEIROS, A. **Gestão sustentável e conservação em Unidades de Conservação: O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro**. Editora X, 2021.

MELLO, M. M.; SILVA, A. M. A gestão de unidades de conservação no Brasil: desafios e perspectivas para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 24, n. 3, p. 255-271, 2018.

MÉNDEZ, V. E.; et al. **Agroecology as a pathway to sustainable development: transforming food systems in Latin America and the Caribbean**. Cham: Springer, 2020.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. (2009). **Políticas Públicas para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Moraes, R. S., & Costa, M. P. (2007). **Gestão ambiental e conservação na Amazônia: Desafios e perspectivas**. Editora da Universidade Federal do Amazonas.

NEVES, W. A. Conflitos no uso de recursos naturais e práticas de manejo sustentável na Amazônia. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 123-137, 2008.

PEREIRA, D. M.; COSTA, F. R. **Desafios da sustentabilidade nas comunidades tradicionais: O caso da Amazônia Brasileira**. **Revista de Estudos Sociais**, 15(2), p. 34-50, 2019.

PERES, C. A. Effects of subsistence hunting on vertebrate community structure in Amazonian rainforests. **Conservation Biology**, v. 14, n. 1, p. 123-136, 2000.

RAMOS, A. L.; LIMA, F. F.; ALMEIDA, C. F. Conflitos territoriais em Unidades de Conservação: uma análise de estratégias de resolução e mediação. **Gestão e Planejamento ambiental**, v. 18, n. 2, p. 321-336, 2023. DOI: 10.1590/gpa.2023.0510.

REZENDE, M. G. G. **Terras, florestas e águas de trabalho na Ilha do Careiro (Amazonas, Brasil): território, governança isomórfica e gestão cibernética camponesa**. 2020.

RUFFINO, M. L. **Gestão territorial e a complexidade do ecossistema amazônico: desafios e soluções para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora DEF, 2012.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, J. P.; LIMA, G. M. **Desenvolvimento sustentável e conservação em áreas de preservação: O papel das políticas públicas**. Editora W, 2022.

SILVA, Edna. **Gestão participativa e desafios da conservação na Amazônia**. Belém: NAEA, 2010.

SILVA, Edna. **Gestão participativa e desafios da conservação na Amazônia**. Belém: NAEA, 2010.

SILVA, J. F.; COSTA, R. G.; SANTOS, M. L. **Pesca artesanal e sustentabilidade: desafios e perspectivas no contexto amazônico**. Recife: Editora Universitária, 2011.

SILVA, J. P.; OLIVEIRA, M. A.; SOUZA, T. L. Estratégias de gestão ambiental em reservas de desenvolvimento sustentável na Amazônia: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, 12(3), p. 45-60, 2020.

SILVA, P. D.; SILVA, A. L.; COSTA, R. M. Mercados sustentáveis e o extrativismo: oportunidades e desafios para a comercialização de produtos da biodiversidade amazônica. **Revista de Sustentabilidade e Comércio**, v. 16, n. 2, p. 143-159, 2021. DOI: 10.1590/rsc.2021.0564.

SOUZA, A. L. de; FERNANDES, A. M. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Tratamento de Água**, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2002.

SOUZA, L. C.; PEREIRA, J. F.; ALMEIDA, V. R. Gestão comunitária e conflitos em Unidades de Conservação: desafios e estratégias para a participação ativa. **Revista de Gestão Ambiental**, v. 18, n. 2, p. 95-110, 2014.

TAVARES, L. C.; SOUZA, P. A.; PEREIRA, F. S. Gestão participativa em Unidades de Conservação: análise das práticas de governança e participação nas comunidades rurais. **Ambiente e Desenvolvimento**, v. 13, n. 4, p. 185-201, 2022. DOI: 10.1590/ambdev.2022.0456.

VERÍSSIMO, A. Participação das comunidades tradicionais na gestão de áreas protegidas: fortalecimento dos saberes locais e a responsabilidade coletiva. Manaus: Editora GHI, 2016.

VERÍSSIMO, Adalberto; SOUZA JR., Celso H. de; PINTO, Aline S.; BALIEIRO, Cristiane. Áreas protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. Belém: Imazon, 2011

13 ANEXOS

Formulário aplicado nas comunidades nossa senhora do perpétuo socorro e tumbira.

Form. Nº: _____

Data: ____/____/2024

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

1.1. Entrevistador: _____

1.2. Localidade: _____

1.3. Comunidade: _____

2. INFORMAÇÕES DO ENTREVISTADO

2.1. Nome do entrevistado: _____

2.2. Tempo de moradia no local: _____

2.3. Idade: ____ anos 2.4. Sexo: Masc. () Fem. ()

2.5. Estado Civil:

• Solteiro () • Casado () • União Consensual () • Separado () • Viúvo ()

2.6. Quantas pessoas moram neste domicílio? _____

2.7. Onde o senhor (a) nasceu? (estado/município) _____

2.8. Sempre morou nesta comunidade?

Sim ()

Não ()

a. O que levou o senhor (a) a mudar para cá? (Marcar por Ordem de Prioridade)

- Constituição de família ()
- Transferência de trabalho ()
- Procura de trabalho ()
- Procura de melhores condições de educação ()
- Procura de melhores condições de saúde ()
- Acompanhando os pais, o (a) esposo (a) ou outros familiares ()
- Outro ()

Qual: _____

b. Se foi motivo econômico, qual a atividade econômica que lhe atraiu?

c. Como era quando o (a) senhor (a) chegou aqui? (comunidade, paisagem, atividade econômica predominante, moradores, órgãos públicos, caça, pesca, floresta, capoeira)?

2.9. Qual o meio de transporte mais utilizado pela família para se deslocar a outras localidades?

• Voadeira ()

• Barco ()

• Outro (), qual: _____

3. HABITAÇÃO

3.1. Tipo:

• Alvenaria () • Madeira () • Mista () • Palafita () • Outro: ()

3.2. Abastecimento de água:

• Canalizada da rede ()

• Canalizada de poço ()

• Chuva ()

• Outro: () _____

3.3. Que tipo de energia tem na sua moradia?

• Luz para todos ()

• Não há fornecimento de energia elétrica ()

• Gerador Comunitário ()

• Gerador Particular ()

3.4. Qual a regularidade da energia fornecida?

• Manhã ()

• Tarde ()

• Noite ()

• Dia todo ()

3.5. Quais os meios de comunicação que o senhor (a) utiliza?

• Telefone público ()

• Rádio ()

• Telefone residencial ()

• Telefone rural ()

• Telefone celular ()

• Outros (), quais?

• Correios () _____

3.6. Como o senhor (a) se mantém informado?

- Rádio ()
- Jornais ()
- TV ()
- Revistas ()
- Outros (), quais? _____

3.7. Destino do lixo:

- Coletado ()
- Jogado ()
- Queimado ()
- Outro (): _____

4. FONTE DE RENDA

4.1. Qual a principal fonte de renda da sua família?

- Agricultura ()
- Extrativismo vegetal ()
- Pesca ()
- Criação de animais ()
- Turismo ()
- Outros ()
- Quais? _____

4.2. Composição da renda e sazonalidade.

ATIVIDADE	PERÍODO DO ANO

4.3. Como é a sua rotina de trabalho?

- Segunda a sexta-feira ()
- Segunda-feira a sábado ()
- Todos os dias ()
- Outro (): _____

4.4. Em qual período do dia você trabalha?

- Manhã ()
- Tarde ()
- Ambos ()
- Depende do dia ()

4.5. Você ou alguém de sua família recebe algum auxílio do governo?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, qual?
- Auxílio Brasil/Bolsa Família ()
- Bolsa Verde ()
- Auxílio Estadual ()
- Seguro Defeso ()
- Outros () _____

5. POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

5.1. Quais os locais mais visitados pelos turistas?

5.2. Quais locais o senhor (a) considera interessante para os turistas?

5.3. O que o turista mais procura quando visitam a comunidade?

- Comidas ()
 - Compras ()
 - Passeios ()
 - Conhecer a cultura local ()
 - Pesca esportiva ()
 - Outros ()
- _____

6. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

6.1. O senhor (a) participa de alguma organização social?

- Sim ()
- Não ()

Se a resposta for positiva, qual (is)?

- Associação de Produtores ()
- Cooperativa ()
- Associação de moradores ()
- Clube de jovens ()
- Associação de mulheres ()
- Grupo esportivo ()
- Associação de pais e mestres ()
- Grupo religioso ()
- Igreja ()
- Outras () quais? _____

6.2. Qual o nome da associação/cooperativa:

6.3. Quais são os principais tipos de conflitos presentes na comunidade?

- Fundiário ()
- Recursos Florestais Não Madeireiros ()
- Político partidário ()
- Exploração dos recursos minerais ()
- Uso da terra ()
- Uso da água ()
- Pesca em Lagos e rios ()
- Étnico ()
- Recursos Florestais Madeireiros ()
- Não sabe ()

Outros: _____

6.4. A quem a comunidade recorre para negociar e/ou resolver os problemas causados por conflitos aqui na localidade?

- () Recorre-se aos Membros da Comunidade e/ou Líder comunitário
- () Recorre-se às Autoridades Municipais (Prefeitura, Polícia Militar)
- () Recorre-se à Justiça (ao poder Judiciário no Município)
- () Recorre-se aos representantes religiosos das Igrejas
- () Recorre-se aos Sindicatos ou Associação de produtores
- () Recorre-se ao Chefe da UC
- () Não sabe
- Outros: _____

7. LAZER

7.1. Quais são as principais formas de lazer na comunidade?

- Futebol ()
- Festa de Padroeiro ()
- Arraial ()
- Grupos de dança/canto ()
- Praia ()
- Outros () _____

7.2. Quais os espaços que a comunidade utiliza para realizar seus festejos?

- Igreja ()
- Centro Comunitário ()
- Campo de Futebol ()
- Escola ()
- Outro (), quais? _____

8. DEMANDAS E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À UC (RDS do Rio Negro)

8.1. O senhor (a) sabe se houve consultas públicas para a criação da UC?

- Sim ()
 - Se sim, o senhor participou?
 - Sim ()
 - Se não, por quê?
 - Não ()
 - Não ()
- _____
- _____

9. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

9.1. Quais as espécies existentes na UC e seus usos?

ESPÉCIES	PRINCIPAIS USOS

9.2. O senhor já teve contato com alguma empresa e/ou instituição de pesquisa sobre os seus conhecimentos das espécies nativas?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

10. FORMAS DE MANEJO

10.1. Como é feito o manejo das espécies utilizadas dentro da comunidade?

10.2. Com quem o senhor (a) aprendeu a fazer o manejo?

- Com os familiares ()
- Com profissionais/técnicos ()
- Sozinho ()

10.3. Existe algum produto novo extraído dessas espécies manejadas?

- Sim ()
- Nenhum ()
- Se sim, quais?

10.4. Existe algum cuidado na hora de manejar as espécies exploradas na comunidade?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

10.5. Na sua visão, como a comunidade contribui para a conservação ambiental?

- Todos cuidam do meio ambiente ()
- A maioria não tem consciência ambiental ()
- Não se interessam pela parte ambiental ()
- Não sei informar ()

- Outras ()

10.6. O que precisa ser melhorado, para gerar melhores resultados na questão do manejo de espécies florestais dentro da comunidade?

- Maior investimento ()
- Orientação técnica ()
- Acesso aos mercados ()
- Consciência ambiental dos moradores ()

10.7. Alguma espécie vem sofrendo mais exploração do que outras?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

10.8. Existe alguma tecnologia nova sendo usada na extração dessas espécies?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

10.9. Como está sendo feito o escoamento dessa produção?

- Vendido para turistas ()
- Vendido para o mercado interno ()
- Vendido para o mercado externo ()
- Consumo próprio ()

10.10. Existem planos de manejo florestal dentro da comunidade?

- Sim () • Não ()
- Se sim, o senhor (a) acha que estão sendo executados corretamente? • Sim () • Não ()

- Se não, o que o senhor (a) acha que poderia melhorar?

10.11. O que falta para a comunidade acessar um maior número de mercados?

- Investimentos ()
- Melhoria de ramais e estradas ()
- Parcerias com empresas ()
- Orientação técnica ()
- Outros:

10.12. Como é feito o transporte de produtos extraídos na comunidade?

- Barcos ()
- Voadeiras ()
- Outros ()

Quais?

10.13. Quais espécies poderiam ser plantadas e manejadas para melhorar a renda dos comunitários?

Espécie	Produz Óleo	Produz Látex	Produz Madeira	Produz Castanhas/ Amêndoas	Produz Medicamentos	Produz Frutos	Nenhuma

10.14. Como tem sido feito a administração dos valores recebidos através da venda desses produtos?

- Feita pelas famílias ()

- Não é feita a administração ()
- Feita de forma individual ()
- Feita por associações e cooperativas ()
- Feita por outras instituições ()

10.15. Quais os principais problemas que o senhor (a) enfrenta para realizar suas atividades de trabalho?

10.16. O que o senhor (a) acha que deveria ser feito para solucionar este problema?

11. USO DOS RECURSOS NATURAIS

11.1 Quais tipos (espécies) de animais terrestres, aquáticos, plantas, aves, eram comuns e que hoje são difíceis de encontrar?

ANIMAIS TERRESTRES	ANIMAIS AQUÁTICOS	AVES	PLANTAS

11.2. Por que as espécies não existem mais hoje em dia?

11.3. O senhor (a) realiza plantio de roçado?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

11.4. O senhor (a) utiliza adubo?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

11.5. O senhor (a) recebe/recebeu alguma orientação técnica para cultivo ou manejo de alguma atividade dentro da agricultura familiar?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

11.6. O senhor realiza atividade de pesca?

- Sim ()
- Não ()

Se sim, quais espécies o senhor mais captura para consumo?

ESPÉCIE	PERÍODO	COMERCIALIZAÇÃO

11.7. O senhor (a) cria animais?

- Sim ()
- Não ()

Se sim, quais espécies?

11.8. O senhor retira ou coleta alguma espécie florestal?

- Sim ()
- Não ()

Se sim, quais espécies?

ESPÉCIE	PARTE UTILIZADA	FINALIDADE
1.		
2.		
3.		
4.		

11.9. O que o senhor (a) acha que poderia ser criado, implementado, plantado na comunidade que ajudaria a aumentar a sua renda?

12. ATORES SOCIAIS

12.1. Existem instituições/atores que atuam na RDS Rio Negro?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

12.2. Existem instituições/atores que exercem maior influência dentro da comunidade?

- Sim ()
- Não ()
- Se sim, quais?

12.3. Como tem sido avaliada a atuação dessa instituição/ator?

- Excelente ()
- Ótima ()
- Boa ()
- Regular ()
- Ruim ()
- Péssima ()

12.4. Quais ações essa instituição/ator toma para melhorar a vida da comunidade?

12.5 O que as autoridades, os empresários e as ONG's podem fazer para melhorar a vida dos comunitários?

- Novos empreendimentos ()
- Cursos profissionalizantes ()

- Melhorar a infraestrutura ()
 - Outros ()
 - Não precisam fazer nada ()
-

12.6. Quais benefícios já foram conquistados para a comunidade através da ação dessa instituição/ator?

- Infraestrutura ()
 - Maquinários ()
 - Projetos ()
 - Nenhum ()
 - Outros () Quais?
-

13. GESTÃO E POTENCIALIDADES PRODUTIVAS

13.1. Como os comunitários estão lidando com as ações indesejadas de pessoas de fora da UC?

- Ignoram ()
- Procuram dialogar ()
- Denunciam ()
- Não fazem nada ()

13.2. Com que frequência os comunitários são procurados para debater sobre os assuntos da localidade?

- Sempre ()
- Periodicamente ()
- Nunca ()

13.3. Existe algum setor dentro da comunidade que poderia ser melhor explorado economicamente?

- Sim ()
 - Se sim, quais?
 - Não ()
-
-

13.4. Quais produtos poderiam chegar ao mercado externo e melhorar a renda dos comunitários?

- Madeira ()
- Artesanato ()
- Biojóias ()
- Doces e compotas ()
- Frutos ()
- Outros produtos ()

Quais?

13.5. Quando tem reunião do Conselho Gestor, os senhores se reúnem de que forma?

- Na sede da comunidade ()
- Na casa de algum morador ()
- Outros ()
- Qual? _____
- Em outro local ()
- Não vão ()

13.6. De quanto em quanto tempo tem essas reuniões?

- Semanalmente ()
- Mensalmente ()
- Anualmente ()
- Não ocorrem ()
- Não sei responder ()

13.7. O senhor (a) já ouviu falar sobre o que é uma Unidade de Conservação?

- Sim ()
- Não ()

13.8. O Senhor considera a UC importante?

- Sim ()
- Não ()
- Indiferente ()

Por que?

13.9. O que o senhor (a) pensa sobre ser morador de uma Unidade de Conservação?

- Algo positivo ()
- Algo negativo ()
- Não faz diferença ()

Por quê? _____

13.10. O senhor (a) já ouviu falar do Plano de Gestão da RDS Rio Negro?

- Sim ()
- Não ()

13.11. Qual o seu nível de conhecimento do Plano de Gestão da UC?

- Muito ()
- Razoável ()
- Pouco ()
- Nada ()

13.14. Quais os pontos positivos e negativos do plano de gestão?

14.5. Quais as estratégias de conservação da cultura local?
